

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de abril de 2025 - Ata n.º 23.

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Dr. Leônidas** (na função de 2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **23.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 166/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 59/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.323; **Ofício n.º 624/2025** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 205/2025) que cria 5 cargos de Desembargador, 2 cargos de Juiz Substituto em segundo grau do Tribunal de Justiça e os cargos de provimentos em comissão e

funções de confiança que especifica, bem como altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização Judiciária, e adota outras providências; **Ofício n.º 656/2025** da Casa Civil , encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 658/2025** da Casa Civil , encaminhando resposta a requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 74507/2025** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 75128/2025** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputado Ney Leprevost; **Informação** da Secretaria Municipal de Obras Públicas de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Delegado Tito Barichello. Esta Presidência gostaria de agradecer a visita dos alunos do 3.º ano do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar, acompanhados pela Professora Linete. Obrigado pela presença. Também agradecemos a visita dos alunos do 3.º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Integral do Campo Hiram Rolim Lamas, da cidade de Antonina, acompanhados pelo diretor Jose Gustavo Pontes, pela vice-diretora Jamille do Pilar e pelo Professor David Couto. Obrigado pela presença. Com a palavra o Deputado Tito Barichello, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, os caros colegas Deputados. Cumprimento os alunos do Colégio Militar que são um exemplo para nossa sociedade. É uma honra tê-los aqui. Parabéns, Professora, parabéns, alunos! Cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, hoje estou muito feliz porque, na data de ontem, ocorreu um evento pela democracia, e tenho certeza absoluta que no

Brasil foi o evento mais importante do século XXI. Pessoas de bem, pessoas honestas, Deputado Ricardo Barros, estiveram em São Paulo, agora, no dia 6, na Paulista, buscando justiça, buscando o cumprimento da lei, buscando o cumprimento da Constituição Federal. Por quê? Porque pessoas honestas estão presas, advindo dos fatos do dia 8 de janeiro. Muitas “Déboras” estão presas neste momento e a sociedade ainda está em silêncio, mas o que ocorreu ontem foi uma manifestação inequívoca, comandada pelo nosso líder, Jair Messias Bolsonaro, para trazer de volta a paz social. Porque a anistia, senhores, faz isso, apaga os fatos para trazer a paz social e é a única solução hoje para o País. Fui até lá com um grupo de patriotas, fui de ônibus para lá, Sr. Presidente. Fui de ônibus com um grupo muito grande, e fomos cantando durante todo o trajeto, cantando músicas de louvor porque, em sua grande maioria, são evangélicos. O meu ônibus, infelizmente, quebrou duas vezes, Sr. Presidente, foram mais de 12 horas de viagem. Eu até imagino que isso deve advir do “olho gordo” do Deputado Renato Freitas, que estava *secando* os nossos ônibus para que não tivesse pessoas o suficiente na Avenida Paulista. E o nosso ônibus inexplicavelmente quebrou duas vezes, mas chegamos – em cima da hora, mas chegamos, depois de 12 horas de viagem, Sr. Renato Freitas. E, ao contrário do que o senhor imaginava, muitas pessoas estavam lá, centenas de milhares de pessoas, eu acredito que mais de 500 mil pessoas estavam nesse evento em São Paulo, inclusive o nosso Governador Carlos Massa Ratinho Junior. Estava ele lá ao lado de Jair Messias Bolsonaro, mostrando que é de direita, mostrando que tem um compromisso com os patriotas, mostrando que ele tem lado e que vai ser o nosso Presidente da República ao lado de Jair Messias Bolsonaro. Agora, senhores, o que vou dizer é muito sério. Precisamos dessa anistia. Por isso, você, que me assiste neste momento, sobre do seu Senador, sobre do seu Deputado Federal, porque a anistia passa pelo Congresso Nacional – é isso mesmo – através de um Projeto de Lei. E através desse Projeto de Lei podemos acabar com as barbaridades produzidas pela esquerda no País, porque aquele processo, Sr. Renato Freitas, não tinha que tramitar em Brasília, não tem foro privilegiado, e o senhor sabe disso, o senhor é Mestre em Direito pela Federal do

Paraná, não havia foro privilegiado. Onde estão, Sr. Renato Freitas, as 185 câmeras de segurança? Entregaram apenas quatro. O Sr. Flávio Dino engoliu 181 câmeras. Diz ele que o prazo – Flávio Dino, que era Ministro da Justiça na época e agora vai julgar o Bolsonaro –, diz ele que as imagens se apagaram 30 dias depois. As imagens em regra nem duram 30 dias, o HD era muito potente do Palácio e dos locais em que os patriotas foram protestar. Deveria ele entregar essas imagens de câmeras de segurança, mas ele não o fez, não o fez de má-fé. Então, supriu-se também o duplo grau de jurisdição. Para quem os patriotas vão recorrer se houver uma decisão negativa do Supremo Tribunal Federal? Só para Deus, porque não existe uma instância superior ao Supremo Tribunal Federal. São eles e eles mesmos. Então, o imbróglio jurídico é absurdo. As barbaridades cometidas pelo Supremo Tribunal Federal são absurdas. Rasgaram o Código Penal, rasgaram o Código de Processo Penal, rasgaram a Constituição, e a solução é simples: anistia já! Anistia para encerrar essa confusão causada, que... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Anistia já, para encerrar essa perseguição aos patriotas honestos do dia 8 de janeiro. E o nosso Governador do Estado, mostrando bom senso, capacidade de compreender o que a sociedade deseja, estava lá presente. Eu estava presente, o Governador estava presente, a sociedade organizada estava presente. Foi um evento pela vida, pela democracia. Anistia já!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda. Estamos aguardando o Deputado Arruda, que estava em uma coletiva.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui na Sessão Plenária. Bem, a última semana foi fantástica, de muito trabalho. Eu tive duas Audiências Públicas, uma

em Marechal Cândido Rondon e outra em Mercedes. À de Céu Azul não pude comparecer, deixei a minha equipe lá me representando, porque eu tive que vir para cá – para o almoço com o Bolsonaro – e para ir para Londrina, para a ExpoLondrina, junto com o Governador. Agora, foi uma semana produtiva, Audiências Públicas contra esse veneno que colocaram o nome de vacina – que não é vacina, é terapia gênica – que querem inocular em crianças de seis meses a cinco anos de idade, mesmo com todos os estudos que já temos que comprovam que essa vacina traz efeitos colaterais gravíssimos e até óbitos. E lembrando que durante a covid, na pandemia, nenhuma criança teve problema com a covid. Para ter uma ideia de estatística, 0,002% foi o problema que teve com criança dessa idade. Então é uma vergonha. O Brasil é o único país do mundo que fica exigindo esse veneno dessa *pseudovacina* em criança. Aqui no Paraná temos uma lei, de minha autoria, que é a Lei n.º 21.015/2022, que proíbe a obrigatoriedade da vacina da covid no Estado do Paraná. E essa Ministra do Lula, quando incluiu no PNI... Ela incluiu, mas não fez um decreto e nem publicou no Diário Oficial. Isso torna essa inclusão não obrigatória e, sim, optativa e informativa. É só o promotor que está julgando um pai ler isso aqui e entender, e o Conselho Tutelar entender também, se informar. Tive uma conversa com o Governador, em um almoço, falei sobre a vacina e ele falou que vai tomar providências para a gente apaziguar e tirar a obrigatoriedade, manter aqui optativa. O pai que quer dar, fica à vontade. A vacina está aí. Então, aos senhores que querem obrigar, parem de mexer com as crianças, cuidem da vida de vocês, cuidem dos filhos e netos de vocês. Aqui no Paraná vamos derrubar sim essa *pseudo-obrigatoriedade*. Agora, o movimento da Avenida Paulista foi algo extraordinário. Creio que tinha mais de um milhão de pessoas. São vários quarteirões de cada lado da Paulista, o caminhão no centro. Foi emocionante ver aquele mar verde e amarelo na Avenida Paulista. Isso mostra que temos um líder na direita, chamado Jair Messias Bolsonaro. É o único líder político do Brasil que tem capacidade de reunir tantas pessoas aqui aonde ele vai, aonde ele chama, aonde ele convoca. Agora, o ex-presidiário não pode ir em lugar nenhum. Não pode. E ontem teve um coro enorme, milhares de vozes dizendo: “*Lula ladrão,*

seu lugar é na prisão". Isso é a voz do povo, não é a minha. É o povo nas ruas. Eu já desafiei, Deputados do PT, andem com o Lula na rua, venha aqui em Curitiba. Não tem coragem de andar na rua. Ele sabe que ele foi colocado lá naquela vaga. Ele sabe que é um ex-presidiário que cometeu crimes gravíssimos contra o nosso Brasil e vem fazendo um trabalho porco no nosso País, destruindo a economia. Criminalidade aumentando. Não tem uma sequer medida boa deste Governo. Tanto é que a pesquisa mostra desaprovação dele em todo Brasil. Lula nunca mais. Derreteu o PT em nosso País. Foi até bom ele ter voltado para que o povo saiba, realmente, quem é esse sujeito, que é desprovido de caráter, desprovido de honestidade, desprovido de vergonha na cara. Esse é o Sr. Lula, o maior ladrão do Brasil. Tenho ainda 49 segundos aqui, mas vou encerrar. Amanhã vou falar também a respeito do que a Deputada Ana Júlia notificou, que faltei quatro Sessões e tenho que perder minha cadeira na CCJ. Infelizmente ela falou sem informação nenhuma. Uma que não foram quatro Sessões, uma é extraordinária. Mas ela ainda continua achando que deve estar – não sei – no diretório acadêmico da universidade, pelo jeito que fala, pelo jeito que age. Acho que tem que ter maturidade. Se ela estivesse preocupada com a CCJ, no dia em que o Deputado Renato Freitas agrediu um funcionário aqui, ela deveria ter se manifestado por quebra de decoro, e ficou quietinha. Então, são dois pesos e duas medidas. Eles agem para perseguir sempre o Deputado de direita... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... é contra o Deputado conservador de direita, que é bolsonarista. É a única explicação lógica e plausível. Agora, estamos apresentando – ela protocolar –, hoje apresentamos a defesa e tudo será resolvido. Até porque nunca houve, aqui nesta Assembleia, um pedido desse contra outro Deputado. Nunca. E veja que todo ano é igual, durante a campanha política o Deputado se afasta, justifica e o Suplente assume, como está lá no art. 79 – ela só leu o 78. Durante a campanha, Tiago Amaral ficou fora fazendo

campanha, não perdeu a vaga. Deputado Jacovós faltou, eu era o Suplente, fiquei aqui também. Então, não existe isso aí. Isso é perseguição de uma Deputada do PT. Volto a dizer que, infelizmente, com todo respeito a ela, se comporta ainda como uma... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Denian Couto. Gostaria de anunciar aqui a presença – e agradecer – do Prefeito de Cruz Machado, Prefeito Carlão – amigo Carlão –, seja muito bem-vindo, e do seu vice Gitica. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa de Leis. Gostaria de registrar também que ontem, dia 6, foi aniversário do Deputado Marcio Pacheco e hoje, dia 7, da Deputada Marli Paulino. Para ambos, chuvas de bênçãos e felicidades.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, na mesma esteira, quero cumprimentar e agradecer a presença aqui nesta Assembleia Legislativa da Presidente da Câmara de São Pedro do Iguaçu, a Vereadora Alessandra Dias, e dos Vereadores do município, Vereador Topan e da Vereadora Isabel – Vereadores de primeiro mandato que estão na Capital trabalhando pelo povo do município de São Pedro do Iguaçu. Mas subo a esta tribuna para fazer um relato muito sério de um acontecimento que se deu na cidade de Arapongas, no Norte do Paraná. O combativo Vereador Décio Rosanelli, Vereador que cumpre a missão de fiscalizar o Governo, estava atuando na defesa do interesse público fiscalizando uma obra na cidade, quando foi agredido pelo empresário Valdir Piraccini, que responde pela empresa VLDR. O Vereador estava em sua função, função de fiscalizar, e aí incomodado o empreiteiro, que estava fazendo uma obra aquém do que é o seu dever, ficou bravo de ser exposto, porque o vídeo mostraria a má gestão desse empresário, foi para cima do Vereador, deu um soco no peito, tentou tomar o celular da mão do Vereador Décio Rosanelli de Arapongas. Quero dizer, primeiro ponto: que não há nenhuma hipótese de intimidação contra quem faz política séria no Paraná, que é o caso do Vereador Décio. E segundo: estou nesta tribuna para cobrar providências do Prefeito Rafael Cita. Prefeito que não me venha com notinha oficial. Prefeito que

não me apareça com pedido de desculpas. Prefeito que vá fazer o que tem que fazer, tem que romper com a VLDR, tem que alijar, afastar para sempre o empresário Valdir Piraccini das suas atividades junto à gestão pública de Arapongas. Ou agora vai ser assim? O Vereador não pode mais fiscalizar? O Vereador não pode cobrar resultado que é vítima de ataque, de vias de fato? Mas o que é isso? Vereador Décio Rosanelli, o senhor é um exemplo de como um Parlamentar municipal tem que se comportar: bons projetos de lei, fiscalização. Não se intimide. Prefeito Rafael Cita, estou esperando de V.Ex.^a providências e que as providências não sejam um pedacinho de papel, uma nota e um lamento. Que esse Sr. Valdir Piraccini seja afastado e que não preste mais serviços à cidade de Arapongas. Depois voltarei a esta tribuna, se necessário, Sr.^a Presidente Flávia Francischini.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Mabel Canto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – União): No Grande Expediente, neste momento, convido o Deputado Marcelo Rangel para utilizar a tribuna.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares. Senhor Presidente, Tito, Sr.^s Deputados, Deputado Leônidas, Deputado Tercilio Turini. Subo à tribuna para falar sobre um assunto muito sério. Vou falar sobre a Itaipu Binacional. A Itaipu, outrora, símbolo de engenharia e soberania, hoje está sendo chamada de *“usina das mordomias, a galinha dos ovos de ouro do Governo Lula”*, *“usina do cofre aberto”* e também *“usina da corrupção”*. Mas, para começar a falar sobre os problemas envolvendo a Itaipu, quero especialmente me referir ao povo do Paraná, aos consumidores, à população em geral. Porque a energia elétrica está puxando a alta da inflação no Brasil e registra números absurdos. A tarifa de energia elétrica residencial registrou um aumento de 16,80% no mês de fevereiro e é o item de maior impacto no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – segundo o IPCA. A tarifa de energia elétrica residencial,

senhoras e senhores, registrou um aumento, somente no mês de fevereiro de 16,80%. Foi o principal fator de influência na aceleração da inflação no nosso País, isso segundo os índices nacionais do preço ao consumidor amplo, IPCA, e divulgado pelo IBGE. O aumento na conta de luz exerceu um impacto de 0,56% ponto percentual no índice. Senhores, não era para se ter esse aumento. Se a Itaipu não tivesse tantos contratos, tantos convênios, que neste momento são objetos de investigação. A Itaipu fez 120 contratos, convênios nesses últimos anos. Sendo que, por diversas vezes, foi questionada quanto à utilização dos recursos que, a meu ver, não têm critérios. Os critérios são políticos, são para os apadrinhados, são para aqueles que comungam da mesma ideologia do Governo Federal. Só para vocês terem uma ideia, um dos convênios, de R\$ 24 milhões, foi para o Programa Biofavela e foi para a compra de bolas de basquete profissional. Prestem atenção: Itaipu comprando bolas de basquete profissional a R\$ 300 a unidade. Olha, claro que sabemos que bola de basquete tem de todos os valores e são assinadas inclusive por astros, por estrelas do basquete no mundo. Mas, se você fizer uma consulta aí no *Mercado Livre* você encontra bolas de basquete por R\$ 60, R\$ 100. Só que não é só esse o problema. Foram gastos R\$ 24 milhões para 1 mil e 500 bolas de basquete para 600 alunos. Ou seja: cada aluno, cada estudante recebeu – ou teria que receber – três bolas de basquete, sendo que é um jogo coletivo – R\$ 24 milhões para esse Programa; R\$ 1,3 bilhão para a COP30 – o evento vai acontecer a 2 mil e 800 km aqui da nossa Itaipu; R\$ 758 milhões para a Unila, universidade que está com obras paralisadas desde 2014, Missionário Arruda. Então, R\$ 1,3 bilhão para a COP30 e R\$ 750 milhões para a Unila; R\$ 80,7 milhões de reais para cooperativas do MST; R\$ 24,8 milhões para projetos indígenas. São projetos importantes, pois estamos falando de projetos indígenas, mas que estão sendo questionados e investigados. Senhoras e Senhores Deputados, quem é que faz a fiscalização da Itaipu se é uma Binacional? Seria o Tribunal de Contas da União, o TCU? Não. Infelizmente a Binacional Itaipu trabalha de uma maneira bem solta, sem muita transparência. Inclusive, Deputado Chiorato, o próprio Governo Federal sabotou a Comissão Binacional de Contas que seria a Comissão destinada para se fazer fiscalização

com relação a esses investimentos, esses R\$ 2 bilhões. Mas esse acordo, que foi assinado em 2021 para auditar a Itaipu, nunca foi para a frente. O processo está parado na Casa Civil do Governo Federal, do Governo do PT, desde 2023, com a desculpa de outras prioridades. Enquanto isso, o STF blindou a usina do TCU, criando paraíso da impunidade, senhoras e senhores. Eu poderia ficar aqui durante todo o meu discurso falando sobre os inúmeros acontecimentos, contratos que foram feitos mediante acordos políticos escusos que a Itaipu está realizando no Estado do Paraná e também em outros estados. É claro que isso iria resultar num pedido de CPI e foi exatamente o que o Deputado Federal Luiz Felipe Orleans e Bragança fez – está colhendo assinaturas para uma CPI, em Brasília. No final de semana, teve uma matéria da Gazeta do Povo falando sobre a Itaipu e falando sobre a possibilidade de se ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as questões relacionadas à Usina, à “*usina de mordomias*” como está sendo chamada, “*a galinha dos ovos de ouro do Governo Lula*”. Pois bem, segundo essa matéria da Gazeta do Povo, assinada por Luiz Felipe Orleans, não tem nada a comemorar, mesmo que sejam investimentos destinados a prefeituras, a cidades, que comemoram exatamente esses recursos. Mas e o consumidor? E a população paranaense? E a população do nosso País? Sabendo que, desde 2023, quando Itaipu pagou sua dívida e poderia fazer abatimentos na conta de todos os paranaenses, de todos os consumidores, não o fez para destinar esses R\$ 2 bilhões a bel-prazer ideológico. Senhoras e senhores, são necessárias 177 assinaturas para essa CPI prosperar. Mas e nós? Nós, Parlamentares, Deputados Estaduais do Paraná? A Itaipu está aqui em Foz do Iguaçu, nós somos fiscalizadores, estamos vendo tudo isso acontecer sem tomarmos as devidas providências, Deputado Tito Barrichello? Não! Assim como fazemos lá, na Comissão de Fiscalização, que nesta semana também teve uma denúncia extremamente grave com relação aos postos de combustíveis do Estado do Paraná, nós também temos a obrigação, o dever de levantar a voz quando as coisas não estão certas. E quando existem denúncias graves, indícios de que tudo está sendo feito por questões ideológicas direcionadas para beneficiar um partido – Partido dos Trabalhadores, o PT – que com as suas amarras na destinação de

recursos, com políticos municipais, fazem com que esses recursos sejam utilizados para possíveis campanhas futuras. Pois bem, senhoras e senhores, venho aqui para dizer que estou preparando requerimentos, documentos, ofícios para que saibamos quais são os critérios técnicos para a destinação de recursos da Usina de Itaipu para os municípios, para as entidades. Se vai para o MST, se vai recursos para “*Lulapalooza*”. “*Lulapalooza*” recebeu R\$ 15 milhões. Qual o critério? Se a nossa Itaipu, a nossa Usina está investindo em patrocínio do “*Lulapalooza*” e outros – até chamam o “*Lulapalooza*” de outra determinação, mudando o primeiro nome. Qual foi o critério utilizado ou apenas uma indicação política, uma indicação da Primeira-Dama ou de um Ministro, ou de um Deputado ou do próprio Presidente da República? Queremos saber se existem ou não critérios técnicos e, por isso, a minha intenção de protocolar esses requerimentos, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

Deputado Ricardo Arruda (PL): O senhor me dá um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Pois não, Missionário Arruda. Passo a palavra ao senhor.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Parabéns pela sua fala. É importantíssimo o que o senhor relatou aqui nesta tribuna. Realmente, é vergonhoso o que acontece na Itaipu. Além de tudo o que o senhor falou, foram R\$ 9 bilhões sem licitação, o que é uma vergonha. É o PT sendo PT. Não é só a Itaipu, o rombo, eles estão causando em todas as estatais, são R\$ 8 bilhões de rombo nas estatais já. Correios, eles quebraram de novo os Correios. A Petrobras já está com rombo também. Essa da Itaipu realmente é uma vergonha e ninguém fiscaliza nada, como o senhor falou aí na tribuna. É vergonhoso esse Partido dos Trabalhadores, onde eles põem a mão, tem fraude. Vergonhoso, estão quebrando o Brasil. Hoje têm o apoio do STF e da *Rede Globo*, para avalizar. Vergonhoso! Parabéns pela fala.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muito obrigado, Deputado Missionário Arruda.

Deputado Doutor Leônidas (CDN): Deputado Rangel, me permite um aparte?

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Por favor, passo a palavra ao Deputado Leônidas.

Deputado Doutor Leônidas (CDN): Quero lhe parabenizar também, a exemplo do Deputado Ricardo Arruda, pela sua coragem de trazer a esta Casa um assunto espinhoso, mas absolutamente necessário. Penso que a Comissão de Fiscalização seja, realmente, o palco para que aprofundemos todas essas informações. É necessário que esta Casa atue em defesa, sobretudo, da população paranaense. Não dá para continuarmos assistindo a esse tipo de ação de forma cega, aceitando tudo o que vem. Temos escutado muitos rumores de malversação desses recursos, ainda que eles estejam, a maior parte, sendo aplicados aqui no Paraná. É fundamental que haja critério para essas ações. Temos visto ações politiqueiras e não políticas, e isso é um perigo para os dias que vivemos. Temos sim que aprofundar essa investigação. Investigar de forma séria, para que esse ciclo de corrupção se encerre, definitivamente, no Estado e no País. Obrigado.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muito obrigado, Deputado Leônidas. Presidente Tito, quero finalizar aqui a minha fala. Acredito que todo recurso, todo investimento que traz benefício à população paranaense tem que ser reconhecido, só que com critérios técnicos e com responsabilidade. O MST recebeu R\$ 80,7 milhões para cooperativas ligadas ao Movimento Sem Terra. Vou repetir: o MST recebeu recursos de Itaipu na ordem de R\$ 80,7 milhões para as cooperativas. Quem faz a fiscalização desses recursos, se eles estão sendo bem empregados, se esses R\$ 80 milhões estão realmente se tornando projetos sociais importantes ou se estão sendo utilizados de forma política? Pois bem, temos que ter sim o órgão de fiscalização, que hoje está parado na Casa Civil do Governo Federal. Essa Comissão que precisa analisar as contas tem que sair do papel. Sem contar o escândalo do *hacker*, o escândalo *hacker* que aconteceu de

monitoramento das contas da economia, prejudicando até mesmo o País vizinho e colocando o Brasil em xeque.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – União): Deputado Rangel, um minuto para concluir esse assunto de importância única, para o Estado do Paraná.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muito obrigado, Presidente, para finalizar. Portanto, senhoras e senhores, quero pedir o apoio dos Parlamentares para que possamos ter esses documentos, sobre como estão sendo empregados os investimentos e recursos da nossa Itaipu, que seria o orgulho dos brasileiros, mas que hoje passa a se tornar uma vergonha, com relação às denúncias de malversação do dinheiro público. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – União): A pedido do Deputado Arilson Chiorato, menciono a presença da Vereadora de Londrina, Sr.^a Paula Vicente, seja muito bem-vinda à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Dando continuidade, então, ao Grande Expediente, convido à tribuna o Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a nossa população, que acompanha a Assembleia, honrando-nos com suas presenças nesta tarde, e também a distância, acompanhando os debates aqui na Assembleia. Quero aqui cumprimentar o Ex-Deputado Enio Verri, que hoje é o Diretor-Geral da Itaipu Binacional, ao lado de mais cinco diretores de diferentes partidos políticos. Não estão lá apenas dirigentes que são do Partido dos Trabalhadores. A Itaipu também tem um corpo de servidores concursados, altamente preparados para analisar os projetos que chegam na Itaipu para serem, então, atendidos pela Itaipu. É bom lembrar que a Itaipu fornece 10% da energia gerada no Brasil. Ela fornece a energia mais barata que vai para a rede que, inclusive, contribuiu este ano para que tivéssemos uma redução na tarifa de energia no Brasil. Como ela representa 10%, evidentemente, que o desconto foi

da ordem de 10%. Mas é uma companhia que tem feito um trabalho, desde a sua fundação, importantíssimo, há 50 anos. Primeiro, gerando emprego e renda para muita gente; depois, com a produção de energia cumprindo também função social, que outras empresas que fornecem energia elétrica no País também poderiam fazer –mas não fazem –, mas a Itaipu vem fazendo. Não é apenas no Governo do Presidente Lula, é um tratado celebrado há mais de 50 anos com o Paraguai. A Itaipu não é do Brasil, não é do Paraguai, ela é dos dois Países, 50% é brasileira, 50% é do Paraguai. Metade dos funcionários e dos diretores da Itaipu são brasileiros e a outra metade é do Paraguai. Há no acordo firmado, isto há 50 anos, a forma como se deve aplicar os recursos, que atendem à área social, e esse dinheiro sempre foi aplicado. Só que agora com a presença do Enio na Itaipu, por determinação também do Presidente da República, debatido com o Governo do Paraguai, passou-se a investir para além dos municípios do Oeste do Paraná, investindo nos 399 municípios do Paraná e também investindo em 35 municípios do Mato Grosso do Sul. E aí independente do Prefeito. Para se ter ideia, no Paraná tem apenas três Prefeituras que o PT administra, mas todas as Prefeituras, 399 municípios, celebraram convênio com a Itaipu. Também se você perguntar para o Líder do Governo aqui, o Deputado Hussein Bakri, se ele tem boa relação com a Itaipu, se a Itaipu tem atendido demandas que são importantes que ele apresenta, ele vai responder que sim. Só para Marechal Cândido Rondon – e o Prefeito não é do PT – foram R\$ 5 milhões a pedido do Deputado Hussein Bakri, para terminar o Teatro Municipal. Mas também o Deputado Hussein Bakri, que é Líder do Governo aqui, e ele não é do PT, pediu um recurso para construir uma ponte entre São Mateus do Sul e São João do Triunfo e a Lapa... São Mateus e a Lapa. Quantos milhões, Deputado? Dez milhões de reais para esta ponte. Não foi um Deputado do PT que pediu. Se perguntar para o Deputado Romanelli, para vários Deputados e Deputadas aqui desta Casa, se perguntar para os Deputados Federais, quase todos os Deputados Federais que representam o Paraná, debatendo com os municípios, apresentaram demandas importantes e a Itaipu acolheu e atendeu. Então, não é correto afirmar que a direção da Itaipu está atendendo apenas ao Partido dos Trabalhadores, apenas quem é Prefeito, quem é

Vereador, quem é Deputado do PT, não está correto isso. Faz uma gestão republicana, atendendo às demandas que são importantes para o desenvolvimento do Paraná, do Mato Grosso do Sul. Quero aqui reafirmar os meus cumprimentos ao Ex-Deputado Enio Verri e toda a equipe que conduz a Itaipu com maestria. Quando foi levantado naquela tribuna hoje que o MST recebeu dinheiro, o MST não recebeu um centavo, não recebeu e não vai receber, nem CNPJ o MST tem. São cooperativas, 25 cooperativas que atendem à agricultura familiar. Esses R\$ 87 milhões são distribuídos em três anos – quatro anos, desculpa – quatro anos, para investir lá no agricultor que está produzindo, se você dividir por 25 cooperativas dá R\$ 3,4 milhões em quatro anos, para assistência técnica, para elevar também o nível de transformação lá na agricultura, nas agroindústrias. Mas as outras cooperativas não estão recebendo incentivo da Itaipu? Estão também, não só aquelas vinculadas a assentamentos da reforma agrária, que, aliás, são trezentos e tantos assentamentos no Paraná. Para além dos assentamentos você vai encontrar a Unicafes, que é a União das Cooperativas da Agricultura Familiar do Paraná, que também tem convênio; você vai encontrar a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, que é a Fetaep, que também tem convênio; você vai encontrar a Fetraf...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... que também tem convênio a outra Federação; mas você vai encontrar também a Femipa, que recebeu R\$ 81 milhões, que representa os hospitais filantrópicos de Ponta Grossa, de todos os municípios que têm hospital que tem Santa Casa, está recebendo recursos da Itaipu; mas também o Hospital Pequeno Príncipe, referência no tratamento de criança – é aqui de Curitiba –, recebeu R\$ 15 milhões da Itaipu no ano passado; mas você vai observar que as Apaes, todas elas que apresentaram projeto para a Itaipu, já receberam recursos, e aquelas que apresentaram durante o último edital receberão. Tem Apae que já recebeu mais de R\$ 1 milhão para atender às crianças com deficiência. Mas tem entidades que atendem às crianças com autismo que já receberam e outras estão na fila para receber. Então, a Itaipu,

ela é mais do que energia, ela tem atendido aos municípios, mas tem atendido também às entidades, entidades filantrópicas, e a Caixa Econômica tem fiscalizado a liberação do recurso. Então, não é algo sem fiscalização, é algo importante. Quero que a Itaipu continue fazendo investimento social, o que deveria, por exemplo, a Copel ter feito e nunca fez. A Sanepar também pode fazer, mas nunca fez. As outras empresas que trabalham com água, sendo do saneamento ou produzindo energia elétrica no Paraná e no Brasil, poderiam tomar o bom exemplo da Itaipu Binacional e fazer, sim, um trabalho social para desenvolver os municípios, desenvolver as entidades, desenvolver o nosso povo, como a Itaipu tem feito muito bem. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Só quero parabenizar V.Ex.^a, deixar bem esclarecido aqui todo o trabalho que está sendo realizado pela Itaipu Binacional. Quando falamos da Itaipu Binacional, estamos falando de uma forma, um novo conceito de trabalho da Itaipu, aonde se está olhando para todas as entidades, instituições, que muitas vezes não tinham sido, nunca tinham sido vistos pela nossa sociedade, mas que fazem um trabalho com aquelas pessoas excluídas do processo social. A Itaipu tem priorizado isso, um trabalho... quando realiza esse trabalho com as entidades filantrópicas, com as entidades sociais, quando faz esse trabalho pensando na saúde. Quero falar aqui da importância que teve em Francisco Beltrão: tivemos um aparelho chamado... um tomógrafo chamado *Pet-Scan*, que foi para a Associação Deus Menino, hospital do câncer, que atende a toda a região Sudoeste do Paraná. Esse aparelho acabou de ser adquirido por essa associação com recursos da Itaipu. Vai poder realizar exames que hoje só são feitos em Cascavel, aonde precisa ser atendido toda a região Oeste, toda a região Sudoeste e parte do Oeste de Santa Catarina, que também é atendido no Hospital Deus Menino, nesse hospital do câncer. Assim com V.Ex.^a mesmo falou da Femipa, da importância que tem todos esses hospitais filantrópicos, quantas são as entidades que estão sendo beneficiadas, que estão podendo fazer um trabalho melhor, atender às pessoas dando oportunidade, dando voz e vez àqueles excluídos da nossa sociedade. Então, a Itaipu tem feito um trabalho bem transparente, tanto é que foram colocados os editais, quantas são as entidades,

as instituições que se cadastraram nesse edital? É transparente, todo mundo pode participar. Então, eu não vejo nada de errado na forma como está sendo conduzido. Poderíamos nos questionar aqui o que era feito com o recurso antes, o que era feito antes na outra legislatura, no outro Governo anterior agora ao Presidente Lula? O que era feito com esses recursos? Agora vemos, porque é sempre divulgado todo recurso que a Itaipu aprova e estende para todas as instituições e todas as entidades. Parabéns pelo seu pronunciamento, e parabéns à Itaipu que hoje volta os olhos a quem era invisível à nossa sociedade.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado Deputada Luciana. Antes de passar para o Deputado Doutor Antenor, quero dizer que também a Uopeccan, em Cascavel, recebeu R\$ 8 milhões, assim como o hospital do câncer lá recebeu R\$ 11 milhões nesse equipamento. Então, veja, a AMP celebrou um convênio com a Itaipu para formação dos servidores, foram 18 mil servidores diplomados, aí no final desse ano que passou. Foram R\$ 48 milhões de investimento. Mas também tem outros investimentos importantíssimos que não tenho tempo de relacionar aqui. Doutor Antenor.

Deputado Dr. Antenor (PT): Rapidinho. Obrigado, Deputado Lemos, pelo aparte. Muito consolidado, muito denso o seu testemunho com relação à Itaipu Binacional... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – UNIÃO): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

Deputado Dr. Antenor (PT): Só queria mencionar a Casa de Passagem do Câncer Center, em Guarapuava, do Hospital do Câncer, R\$ 24 milhões. Encerro por aqui. Vinte e quatro milhões.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero mais uma vez cumprimentar a Itaipu e agradecer pelo trabalho importante que vem fazendo. Continue investindo no povo do Paraná, no povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – União): No horário das Lideranças, convido o Deputado Mauro Moraes, do União Brasil, para utilizar a tribuna.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Senhor Presidente, minha querida amiga Vice-Presidente, demais membros da Mesa, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é uma honra voltar a ocupar esta tribuna. Na semana passada, eu disse claramente que eu tinha voltado depois de cumprir a missão que o Governador me deu de transformar a nossa Secretaria de Trabalho, Qualificação e Renda na maior empregabilidade e qualificação profissional do País. Sinto que a missão foi cumprida e voltei. Voltei para dar continuidade ao meu trabalho, principalmente nos motes que tanto lutei. Todos aqueles Deputados mais antigos que me conhecem sabem que quase toda a minha atuação política sempre foi voltada a uma ilimitada confiança a buscar mais segurança para o Estado do Paraná. Permaneci por mais de 10 anos como Presidente da Comissão de Segurança e tenho certeza e convicção de que deixei a minha parcela de contribuição para que pudéssemos melhorar ainda mais a segurança do nosso Estado, que é uma questão básica para a população. Quero reativar o movimento *Paraná sem Violência*, que eu criei em 2014 e somente ficou paralisado nesses dois últimos anos porque eu estava cumprindo uma outra missão. Não podemos, em hipótese nenhuma, permitir que o Paraná se torne um estado tão violento como Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados também da Federação, onde a população vive aterrorizada, amedrontada, onde existe uma verdadeira inversão de valores – o cidadão de bem tem que ficar trancado dentro de casa, enquanto os bandidos, os marginais transitam livremente por nossas calçadas, ocupam os nossos bosques, os nossos parques, os nossos jardins. Não é possível um estado nessas condições! Mas, graças a Deus, aqui no Paraná, o nosso Governador está fazendo investimentos pesados na área da segurança, para que não deixemos que isso possa acontecer. Segurança é base, segurança é aquilo que a população mais precisa e nós temos a felicidade, Sr. Presidente, de termos aqui no Paraná as melhores polícias do Brasil. A nossa Polícia Militar é a melhor que tem, que corre risco diário de vida – colocando em risco a sua própria vida para servir os

nossos cidadãos. A Polícia Civil é excelente, a Polícia Penal, a Polícia Científica. Nós temos os melhores policiais do País, graças a Deus, e precisamos intensificar ainda mais os investimentos na área de segurança. E para isso eu voltei e estou recriando o movimento *Paraná sem Violência*, para que eu possa agora, atualmente, também dar essa parcela de contribuição e fazer do nosso Estado um estado cada vez mais seguro, onde o bandido saiba que aqui no Paraná ele não tem vez, que ele saiba que aqui, se pisar, lugar de bandido vai ser na cadeia, como diz meu amigo Tito Barichello. Então, Tito, você que vai representar o nosso partido União na nossa Comissão de Segurança, pode ter certeza, vou ser seu Suplente e vou estar colaborando no máximo que puder para que possamos trazer mais tranquilidade e mais paz à nossa gente. A outra luta minha sempre foi para a educação. Graças a Deus, temos hoje a melhor educação do Brasil. O Ideb demonstra isso, nós somos o primeiro lugar, como também, graças a Deus, a pesquisa Quaest demonstrou que a área mais bem avaliada hoje do Paraná é a área de trabalho, qualificação e renda, uma Secretaria pequena, mas que deu um resultado enorme para o nosso Governo, porque trabalhei com muita vontade, com muita garra e por ser a Secretaria do Trabalho! Não existe uma coisa melhor do que você saber que o trabalho é, sem dúvida nenhuma, a melhor e maior ação social que se pode fazer a um cidadão, quer seja do município, do estado ou da nação. E é por isso que nós trabalhamos com afinco durante esses dois anos, para dar esse resultado nas duas últimas pesquisas feitas pelo próprio Palácio, da Quaest, que nos colocou em primeiro lugar de área avaliada como trabalho, emprego e renda no Estado do Paraná. Pode ter certeza, Sr. Governador, que estarei aqui, juntamente com a nossa bancada, caminhando lado a lado para que possamos novamente, de volta a esta Casa, trabalhar com o senhor para fazer do Paraná o estado que mais tem segurança, o estado que continua sendo o melhor estado na educação, porque nós confiamos plenamente no seu trabalho, na sua luta em prol de um Estado mais seguro. É de coração que agradeço a todos e dizer que voltamos, voltamos para trabalhar, dar continuidade...

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Pois não, um aparte.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Quero lhe cumprimentar, dar as boas-vindas e dizer que realmente, Deputado Mauro, V.Ex.^a fez um trabalho extraordinário frente à Secretaria do Trabalho. Aliás, bastante elogiado pelo Governador, ouvi de sua própria voz várias vezes. Dessa forma, creio que V.Ex.^a cumpriu um papel e volta para sua casa, onde já está aqui há bom tempo e é um prazer para todos nós convivermos novamente juntos. Seja bem-vindo, Deputado Mauro.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Obrigado, Deputado Nelson Justus. Não existe uma coisa mais satisfatória do que voltar sabendo que você deu o resultado esperado. Como diz o Palácio, o próprio Governador: *Você superou as mais otimistas previsões que nós fazíamos quando você assumiu um departamento que nem era Secretaria do Trabalho ainda, e os resultados foram efetivamente os melhores que se podiam ter em todo o Estado.* Estamos deixando uma Secretaria com mais de 311 localidades já marcadas para receber a qualificação profissional, que acho que o Estado do Paraná era um estado de um povo trabalhador, mas de um lado víamos as empresas desesperadas procurando o trabalhador e de outro lado tínhamos o trabalhador procurando um emprego. Quando entrei lá, percebi, por vários indícios, que faltava qualificação. De imediato, passamos de 2 mil para 26 mil qualificações e previstas 40 mil para este ano, porque o trabalhador qualificado efetivamente vai arrumar um emprego que dará condições melhores para sua família, não precisando de *Bolsa Família*, não precisando de *Auxílio Gás*, não precisando de cesta básica, não precisando de ajuda social, a não ser temporariamente quando estiver passando por dificuldade muito grande, porque o Paraná é um Estado diferenciado. Estamos hoje com mais de 50 mil empregos em aberto, 25 mil só nas Agências do Trabalhador e mais 25 mil nas cooperativas do nosso Estado. Então, aqui temos vagas para o trabalho, o que faltava e o que precisava era a qualificação. E isso o Estado do Paraná está fazendo, permitindo que o cidadão possa se qualificar e ter um emprego bem melhor para dar condições melhores de viver para sua família. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello – União): Cumprindo o Regimento Interno, na condição de Presidente, convido o Deputado Renato Freitas para usar o Horário da Liderança.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, população paranaense, Deputados e Deputadas desta Assembleia. Boa tarde aos estudantes do Colégio Militar. Sejam bem-vindos! Sejam bem-vindas! Ontem veio a público uma denúncia gravíssima sobre corrupção, desvio do dinheiro público. A corrupção que faz não chegar o remédio em um posto de saúde, que faz o transporte público ser cada vez mais precário, que faz a educação pública ser cada vez mais fraca e insuficiente, como demonstra a folha de pagamento de qualquer professor no Estado do Paraná. A corrupção tem efeitos severos na sociedade e ela é mais grave quando ocorre no seio da Polícia Militar. Sim, a Polícia Militar, que é paga com o dinheiro do nosso imposto para justamente prevenir e reprimir crimes, ela própria comete muitas vezes crimes, como é o caso. Pensem na seguinte denúncia: *18.º Batalhão da Polícia Militar de Curitiba faz contrato em urgência e, portanto, dispensando a licitação, com uma rede de supermercados Super Max.* Um milhão de reais em alimentação para os policiais do 18.º Batalhão de Polícia Militar. Acontece que a proprietária do supermercado é esposa do Capitão da Polícia Militar. Que patacoada! E, pior que isso, ela é esposa justamente do Capitão Samuel, responsável por fiscalizar os contratos do Batalhão, coincidentemente. O Capitão Samuel estava de férias e voltou das férias com 24 dias de antecedência. Porque é um grande trabalhador e sacrificava suas férias para trabalhar de graça para o Estado? Não, não, infelizmente não. Ele voltou no dia 4 de novembro de 2024. No dia 6 de novembro de 2024 foi celebrado o contrato, foi assinado, R\$ 1 milhão no bolso da esposa dele. Dias depois, uma foto na rede social: *“Deus abençoou e compramos este carro de mais de R\$ 200 mil”*. Claro, Deus abençoou, junto com o dinheiro de cada contribuinte. A voz do povo é a voz de Deus. Deve ser por isso que ele acredita que a voz do povo abençoou, porque o povo está sem voz, o povo está calado, o povo não fala, não se revolta, não denuncia, não se levanta e eles nos roubam à luz do dia. Que exemplo de militares são esses para os nossos jovens?

Aprendam, jovens estudantes, com eles, mas aprendam o que não fazer. Essa é a lição que a Assembleia pode mostrar a vocês. E pior do que roubar dinheiro é roubar a vida, porque a vida não pode ser restituída, indenizada a contento. E sabemos, segundo a denúncia do próprio Vereador Acosta, protocolada no Ministério Público, que o Coronel Hudson tinha conhecimento desse caso de corrupção, mas ele está atribulado, ocupado já com a campanha eleitoral do ano que vem. O Coronel Hudson nos deve respostas, sobretudo a denúncia que fiz aqui de que o irmão dele, Alisson, irmão do Secretário de Segurança Pública, mesmo na Secretaria de Previdência Social – que nada diz respeito à segurança pública – ele, Alisson, mandou um *e-mail* para a Central de Vagas do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná exigindo a transferência de um preso. A Central de Vagas olhou o *e-mail* e atendeu, não porque deveria, mas porque sabia que era o irmão do Secretário de Segurança Pública. Então, cumpriu o Requerimento. O preso, algumas horas depois, foi transferido de São José dos Pinhais para Piraquara e encontrado “suicidado” em uma cela. E não era um preso qualquer, era um grande traficante de drogas, que pagava muito dinheiro à milícia para continuar atuando, o que nos sugere uma possível queima de arquivo ou coisa mais grave, não sei. O Secretário de Segurança ainda não falou sobre o caso, mas ele tem a obrigação de esclarecer o caso, que tem envolvimento do irmão dele. Agora, o que fez o Diretor do Departamento Penitenciário, Reginaldo Peixoto? Pediu investigação, exigiu investigação daquela morte. E o Corregedor, Deivid Inácio, *sentou* em cima do processo, para não haver apurações do caso. Então, o Diretor do Depen removeu o Corregedor que não queria trabalhar. E daí, das sombras, veio quem de fato tinha o poder, o Secretário de Segurança Pública Hudson Teixeira, que logo substituiu o Diretor do Depen, colocando em seu lugar uma amiga íntima dele, Ananda Chalegre. E essa amiga dele, o que fez como primeira medida? Investigou? Não. Ela reconduziu ao cargo de Corregedor Deivid Inácio, justamente aquele que não queria elucidar o caso.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Deputado Renato Freitas, me concederia um aparte?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Por favor.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): As denúncias que o senhor traz são de extrema gravidade envolvendo um Secretário de Segurança Pública. No entanto, obviamente, advindo da condição, não está havendo o contraditório, a ampla defesa que são princípios basilares de um Estado Democrático de Direito, em regra, maculando a imagem de alguém que ocupa um cargo de Secretário de Segurança Pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Seria importante a oitiva desse Secretário para vir aqui explicar dando-lhe voz e a oportunidade de manifestação. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Perfeito. Assiste razão aquilo que foi aventado e argumentado pelo Deputado Tito Barichello e por isso faremos um requerimento de oitiva e participação aqui nesta Assembleia do Secretário de Segurança Pública. Requeremos sua presença para os esclarecimentos desse fato que, do início ao fim, é altamente criminoso e coloca a segurança pública do Estado do Paraná em xeque.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, senhoras e senhores. Cumprimento a Mesa. Hoje, dia 7 de abril, é Dia Mundial da Saúde. Quero cumprimentar todos os profissionais da saúde do Estado do Paraná, que fazem a saúde no nosso Estado. E também hoje quero cumprimentar a turma lá do fundão, Dia dos Jornalistas. Vocês que nos dão ouvidos, nos dão olhos e nos dão voz. Parabéns a todos aí. Hoje é um dia propício, Dia Mundial da Saúde, para retomar um debate que tivemos semana passada nesta Casa em um das áreas que

considero mais importantes na área da saúde: a prevenção, as vacinas. Vacinas são eficazes, seguras e salvam vidas, milhões de vidas. Vacinas não são da esquerda nem da direita. Entender que as vacinas são resultado de rigorosos testes clínicos, revisados exaustivamente por comitês independentes de especialistas, que garante segurança às pessoas e eficácia contra as doenças, exige racionalidade. A história das grandes epidemias e pandemias no mundo nos mostra que a irracionalidade dos homens frente a um inimigo incontrolável, invisível sempre esteve presente. Se existe inimigo consistente da ciência, é a irracionalidade. Aliás, a ciência luta diariamente contra a irracionalidade. Contudo a ciência, como parte importante das nossas vidas, sofre diversos tipos de críticas – muito bem-vindas – epidemiológicas, éticas e sociológicas. Mas há um tipo de crítica que é danosa: o negacionismo da ciência e, como consequência a negação da racionalidade exercida por ela. Obviamente a intenção de negar a ciência não é para desenvolvê-la ou melhorá-la, mas desacreditá-la e criar condições para interpretações de cunho emocionais e iracionais. Devido, em grande parte, ao desenvolvimento dos sistemas de comunicação, internet, redes sociais, fora a possibilidade de levar em larga escala conhecimentos salutares para as pessoas, a possibilidade também de criar notícias falsas, apelativas e com baixíssimo grau de racionalidade, teremos que conviver com o negacionismo por muito tempo, porque ele vende, alimenta controvérsias, dá lucros, é motivo de diversão das pessoas com chacotas que a negação traz, promove discussão entre as pessoas, brigas entre amigos e familiares. Uma das principais controvérsias dos negacionistas foi a pandemia da covid-19. As marcas básicas são a negação em larga escala de medidas de cunho científico e de bom senso sobre o questionamento do perigo do vírus, depois das medidas de proteção como o uso de máscaras, lavagem das mãos, de isolamento social e um ataque feroz às vacinas como solução para a crise pandêmica, negando-se a eficácia das vacinas ou gerando dúvidas sobre possíveis efeitos que ela poderia causar, levando à recusa da vacina por muitas pessoas. Mas o argumento dessa negação, dizem seus protagonistas, é liberdade individual. Muitos dizem que a escolha de tomar ou não a vacina diz respeito somente ao indivíduo, somente ele pode decidir. Mas,

talvez, precisamos relativizar a noção de liberdade em relação aos vírus, algo que o negacionismo não faz. Defendo que devemos ser livres em muitos aspectos, liberdade de viver, de expressão, liberdade política, religiosa, cultural, costumes, gêneros, todas essas passam pelo âmbito das conquistas e são feitas para salvaguardar a liberdade dos indivíduos. Mas a questão em jogo é distinta, pois é possível ser livre para escolher entre se proteger ou não de um vírus? O vírus não negocia com o ser humano. Ele age no intuito de viver e se reproduzir. Até onde sabemos, os vírus não compartilham noções de liberdade como as que nós temos. As pessoas não têm condições racionais de aplicar a liberdade em relação ao vírus, o que se pode é combatê-lo, não é uma questão de escolha. Vamos para alguns fatos mencionados aqui sobre as crianças, que muitos dizem aqui que querem proteger ao não vaciná-las. O mais recente boletim epidemiológico da nossa Secretaria Estadual de Saúde, agora de março de 2025, aponta que 18,5% dos casos de covid este ano são em crianças de zero a seis anos. A única faixa etária com maior proporção que as crianças de infectados são pessoas acima de 60 anos. Mais de 85% das mortes que ocorreram, nesse último ano de 2024 até o presente, ocorreram em pessoas que não se vacinaram ou não completaram o esquema vacinal. Morre quem não se vacina. Seria bom que quem usa as crianças para defender o negacionismo soubesse disso. Canadá, Alemanha, Irlanda, Grécia, Inglaterra, Costa Rica, Equador e Brasil são exemplos; poderia citar muito mais países aqui que recomendam a vacina contra covid para crianças. Assim como o Centro de Controles de Doenças – o famoso CDC americano – que recomenda a vacina contra covid a partir de seis meses de idade. A covid, em um período de dois anos no Brasil, matou 539 crianças de seis meses a três anos. No Paraná, foram 87 crianças. Precisamos esclarecer outro ponto: a pandemia acabou, mas a doença está sob controle por causa da vacina. Se a vacinação diminuir ou parar, o patógeno volta a se proliferar no nosso meio. É da natureza do vírus. Vale para covid, vale para Influenza, vale para sarampo, vale para poliomielite, coqueluche e outras tantas doenças para as quais existem vacinas e que precisam ser aplicadas periodicamente e sempre. Por último, quero chamar a atenção para outra grave nuance do problema: quem joga contra a vacina da

covid, mesmo que não perceba, está jogando contra todas as vacinas na medida em que o discurso se estende de maneira difusa. Tenhamos todos consciência de que os vieses ideológicos estão comprometendo décadas de avanço na saúde pública, que tem no Brasil, no Paraná e em Curitiba exemplos de gestão que salvaram milhões de vidas. Não existe trauma maior para qualquer família do que a morte de um ente querido ou de passar pelas dificuldades de uma doença grave que pode ser evitada. Certifique-se que você e sua família estão com a sua carteira de vacina em dia. Viva a saúde, viva a vacina, viva a ciência. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Mulher, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, boa tarde, Deputadas, Deputados, todos que nos assistem. Primeiramente quero falar sobre o Projeto de Lei do Tribunal de Justiça que foi protocolado hoje, aqui na Casa, que a Bancada Feminina recebeu do Presidente Alexandre Curi agora há pouco, que cria a primeira Câmara de Violência Doméstica e Familiar. Iniciativa pioneira, a primeira do Brasil, um passo importante na luta contra a violência contra as mulheres, contra as crianças aqui do nosso Estado do Paraná. Parabenizar o TJ pela iniciativa. Vejam a importância de mais mulheres, Desembargadora Lídia Maejima. Um Projeto que vem para defender as mulheres, vindo de uma Presidente que é mulher. Hoje tivemos reunião da Bancada Feminina e, dentre os assuntos que tratamos com a nossa Bancada, está um estudo que foi divulgado na semana passada que lista as piores cidades do país para as mulheres viverem. Todas as cidades tiveram desempenho médio a ruim. Foram analisados 319 municípios com mais de 100 mil habitantes. Somente três municípios tiveram nota média: Brasília, São Caetano do Sul e Araras. E, infelizmente, nesse estudo, nós tivemos algumas cidades do nosso Estado entre os piores municípios. O pior município, infelizmente, é Paranaguá. O pior município do país para as mulheres viverem é Paranaguá. Em décimo lugar está, para minha tristeza, a cidade de Ponta Grossa na qual eu vivo. Paranaguá, por

exemplo, teve um desempenho muito baixo quando se fala dos desafios para a igualdade de gênero: a diferença salarial entre homens e mulheres, mulheres que não trabalham nem estudam, taxa de feminicídio alta; em desempenho médico – indicando desempenho aceitável, porém ainda com desafios, justamente a questão de mulheres jovens que nem estudam e também nem trabalham. Claro que Paranaguá é conhecida pelo Porto de Paranaguá e a economia do município sabemos que é amplamente voltada aos serviços do Porto, que acaba empregando mais homens do que mulheres. Em Ponta Grossa, tivemos como desempenho baixo o percentual de mulheres na Câmara de Vereadores, na legislatura passada – que eram três, continua sendo três nessa; taxa de feminicídio; diferença entre mulheres e homens que não trabalham nem estudam, das mulheres muito maior; desigualdade salarial por baixo; mulheres jovens que não trabalham e nem estudam. Entre as dez melhores está, Deputada Cloara, o Município de Londrina na sexta posição. Claro que também teve alguns desafios, como a igualdade de gênero, percentual de mulheres na Câmara de Vereadores, taxa de feminicídio. No desempenho médio indicando desempenho aceitável, a desigualdade salarial por sexo; no desempenho alto, sinalizando avanços notáveis, estão mulheres jovens que estudam e trabalham. Para nossa surpresa, não é, Deputada Cristina, a gente de acordo aqui com alguns critérios do estudo que foi baseado na ODS 5, pela igualdade de gênero, mas municípios que são referência de fato e que nós conhecemos e vocês trabalham, Guarapuava também não apresenta, nesta nota deste estudo, um desempenho razoável. Mas sabemos das políticas públicas, inclusive eu tenho amplamente noção de que Guarapuava é um exemplo para o Estado do Paraná em políticas públicas e a Deputada Cristina pode muito bem falar sobre isso.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Obrigada, Deputada Mabel. Pois é, essa pesquisa nos surpreendeu muito, acho que pegou todos nós pelo fato do Paraná ter tantos municípios com essa violência, lugares que não são agradáveis para as mulheres viverem. E Guarapuava realmente me pegou porque Guarapuava sempre foi uma referência em políticas públicas para as mulheres, ela foi pioneira em vários programas e sempre – desde programas dentro da escola ela foi

pioneira com programa de Maria da Penha dentro da escola. Então estamos exatamente analisando como foi feito essa pesquisa e aonde Guarapuava acho que perdeu muito, não foi na violência. Porque a violência, o feminicídio em Guarapuava diminuiu com todo esse trabalho, mas pecamos muito na empregabilidade. Por ser um município de extensões grandes de áreas rurais, fica muito difícil. Não somos um município industrializado. Então o emprego para a mulher fica mais difícil. Acredito que tenha sido isso que elevou tanto Guarapuava a esse nível de uma cidade não agradável para as mulheres. Mas acho que isso é um alerta, Deputado, para que todos nós e a sociedade cada vez mais trabalhemos para esses índices melhorarem. E ainda tem gente que fala, aqui, na Assembleia para nós, que esses assuntos de políticas públicas para as mulheres não são importantes, que tem coisa mais importante que isso. E agora uma pesquisa dessa vem desvendar o quanto o Paraná ainda precisa de mais políticas públicas para as mulheres. Obrigada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): De fato. E como podemos mudar esta realidade? Com políticas públicas, não tem outra maneira de fazer isso, Deputada Cloara. Mas acho que nós já temos alguns avanços significativos desse trabalho que vem sendo feito, ao longo de muitos e muitos anos. É um trabalho que a gente sempre fala que é de formiguinha. Nós estamos evoluindo, temos que evoluir muito mais, sem dúvida alguma. Mas o que me chamou a atenção, também, nesse estudo, é de realmente termos este alerta de que nós precisamos implementar ainda mais as políticas em favor das mulheres e precisamos desmistificar aquele discurso de que essas iniciativas em prol das mulheres, privilegiam as mulheres. Não é privilégio, é uma necessidade. Eu, por exemplo, fiquei muito triste quando vi a minha cidade, que tem uma prefeita mulher, que tem uma Deputada mulher, não me eximo da responsabilidade. Mas estamos dentro aqui, desta Casa, junto com o Governo do Estado tentando cada vez mais implementar medidas que favoreçam esse cenário para a mulher paranaense. Uma das medidas que acho essencial, que é básica para qualquer governo, Deputado Goura, – qualquer governo ou prefeitura – a criação de secretarias da mulher. Que é uma medida que destaca, de fato, as políticas as políticas públicas

para as mulheres. Vou dar o exemplo, justamente, aqui do Estado do Paraná. Desde que o Governador Ratinho implementou e criou a Secretaria da Mulher, hoje, coordenada pela Secretária Leandre, tivemos avanços nesta Pasta. Tivemos, anteriormente, o Banco da Mulher Paranaense, Deputado Hussein, para ajudar as nossas empreendedoras do Estado. Com a Secretaria da Mulher, criamos logo em seguida o Fundo da Mulher. Não dá para discutir política pública para mulher sem orçamento, o fundo foi criado. Na semana passada, o Governador sancionou o *Programa Recomeço*, o auxílio social para mulheres em situação de vulnerabilidade. Então, esses passos vêm sendo dados. Aqui na Assembleia Legislativa formalizamos, Deputada Cristina, a Bancada Feminina. Lá em Santa Catarina vi, recentemente, que tem uma Deputada, inclusive, tentando tirar a Bancada Feminina de lá. Sabemos o quanto foi uma luta formalizar essa bancada, aqui, que dá poder para as mulheres, que garante às mulheres na mesa executiva, que garante a formalização dessa liderança, desse espaço, inclusive, do que estou falando. Junto com a bancada, com a Procuradoria da Mulher, Deputada Cloara, junto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Mara Lima, temos avançado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Entre elas, por exemplo, o Código Estadual da Mulher Paranaense, que, no próximo dia 15, faz um ano que aprovamos aqui. É uma medida que às vezes até vejo alguém falando assim: *Mas um Código da Mulher! Para que um Código da Mulher?* Porque lá estão as leis, que resguardam os nossos direitos. Temos que dar publicidade e ampliar cada vez mais esses direitos que estão lá. Disso tudo, temos muitas batalhas, temos a reforma eleitoral que está acontecendo, que pode ter retrocessos também, em relação às mulheres, às candidaturas. Mas, aqui nesta Casa, as Deputadas estão unidas, para que nenhum retrocesso aconteça, para que possamos construir ainda... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): ... para que possamos construir ainda mais direitos, em prol de todas as mulheres aqui do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputada Ana Júlia. Essa Presidência agradece a presença da Vereadora de Londrina, Sr.^a Paula Vicente, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos os presentes que acompanham esta Sessão. Que oportuno, Deputada Mabel, a minha fala hoje ser logo depois da sua. Porque, inclusive, vim aqui hoje nesta tribuna, justamente, para falar sobre a violência política de gênero e sobre as violências que as mulheres sofrem na política. Alguns dias atrás, na semana passada, na reunião da CCJ, li o Regimento da Casa e pedi o afastamento do Deputado Ricardo Arruda. Esse, que não conhece o Regimento da Casa, veio hoje na tribuna e na entrevista aos jornalistas falar, tentar me desmoralizar, tentar me humilhar, dizendo que não sei o que estou fazendo aqui, que não sei ler o Regimento, que não sei qual é o meu pedido, porque sou uma Deputada de primeiro mandato, porque sou uma Deputada jovem, porque, pela forma que falo ou que me visto dá para ver que não sei o que estou fazendo aqui. Ora, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, não sei qual é o grande problema com as minhas roupas. Não sei se alguns dos senhores já se incomodaram, em algum momento, com as minhas roupas. Eu nunca tive problema com elas nem dentro da Assembleia e nem fora da Assembleia. Também não sei qual o demérito de eu ter vindo do Movimento Estudantil, tenho muito orgulho da minha trajetória. Mas é muito curioso que o Deputado Ricardo Arruda, para tentar justificar o injustificável, tenta atacar uma mulher, que é jovem neste Parlamento, dizendo que ela ainda está no Movimento Estudantil. Não respeita a minha eleição, que foi tão legítima quanto a dele. Agora, me entristece ter que vir aqui ler o Regimento desta Casa. Olha só que bonito, todos nós, quando conquistamos o mandato, ganhamos um

Regimento da Casa, e é muito simples lê-lo e interpretá-lo. O art. 79 diz que “Será declarado vago o cargo na Comissão em caso de” inciso IV:“a perda de lugar”; § 2.º: “considerar-se-á perda de lugar”, inciso I, “o não comparecimento a três reuniões ordinárias consecutivas”; § 3º: “o membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado”. O Deputado Ricardo Arruda tenta me agredir falando que não li os artigos seguintes, tenta dizer: *Ela não leu o art. 79.* Mas vou ler para vocês o art. 79, que não fala de justificativa de pauta, ele fala de ausência. O art. 79 diz: “O membro de comissão, que não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão que convocará o suplente”. O Deputado Ricardo Arruda nem avisou previamente, porque o seu substituto, o seu Suplente, não compareceu a nenhuma das reuniões que ele faltou. O seu Suplente é um Deputado muito comprometido, que dividiu muitas outras comissões nesta Casa. Na realidade, o Deputado Ricardo Arruda teve preguiça de ler até o art. 97, este sim fala da justificativa de falta dos Deputados. Mas o art. 97 não fala de justificativa de falta nas Comissões e, sim, nas Sessões Plenárias e ele fala: “Para efeito de pagamento de subsídio, a presença dos Deputados nas sessões, a que se refere o art. 96 deste Regimento será apurada pelo painel eletrônico. Ou seja, ele de fato não consegue ler o Regimento. Regimento não fala de justificativa de falta em Comissão, apenas no Plenário. Deputado Ricardo Arruda, sei que o senhor agora quer justificar, mas permita-me ler de novo o Regimento, porque não cabe justificativa, inclusive, com todo o respeito ao Sr. Presidente desta Casa, Deputado Alexandre Curi. Deputado, o Regimento não fala que a Presidência da Mesa irá analisar; não fala que a Presidência da Mesa vai ver a justificativa; não fala que se irá instalar uma comissão ou um inquérito, ou qualquer coisa, para ver a situação. O que o Regimento fala é “o membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado desde logo substitutivo, pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado”. Já realizei o Requerimento, o senhor já tem

que ser substituído, porque não cabe análise, ele faltou em três reuniões. Ele disse que não faltou nas reuniões ordinárias, mas o Deputado Ricardo Arruda não sabe ler a pauta da reunião e da comissão que ele participa. Quarta reunião ordinária, 18 de março, extrato dos participantes, o Deputado Ricardo Arruda não está presente. Primeira reunião extraordinária do dia 24, essa não contabiliza para a perda do lugar, mas o Deputado Ricardo Arruda também não estava presente. Quinta reunião ordinária, 25 de março, o Deputado Ricardo Arruda também não estava presente. Sexta reunião ordinária, dia 2 de abril, o Deputado Ricardo Arruda também não estava presente. Ele pode dizer que a reunião de 2 de abril foi em uma terça-feira, mas se pegarmos as notas taquigráficas da Assembleia Legislativa, no dia 31 de março, o Presidente da CCJ, Deputado Ademar Traiano, veio aqui neste microfone para convocar a Reunião Ordinária da CCJ para quarta-feira, 8h30 da manhã, se encerrando até as 9h20. Dessa forma, a reunião do dia 2 de abril foi uma Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Ricardo Arruda, sabe por que isso nunca aconteceu de um Deputado ser substituído? Porque nunca nenhum Deputado faltou três reuniões consecutivas, da Comissão mais importante desta Casa, é por isso que isso nunca aconteceu e porque nunca nenhum outro Deputado fez um Requerimento. Mas não é porque nunca aconteceu, que não deve acontecer agora, que não se deve ser cumprido o Regimento. E olha, não se dê mais importância do que você tem, não estou te perseguindo porque você é do PSL, porque você é um Deputado bolsonarista, porque eu não estou falando que o PL não tem direito a cadeira na CCJ. Inclusive o Deputado Jacovós, o Deputado Gilberto Ribeiro, o Deputado Gilson de Souza, que é o Suplente, e o Deputado Jairo, tem toda a legitimidade para assumir a cadeira no lugar do Deputado Ricardo Arruda, que foi relapso com a Comissão mais importante desta Casa, e que para tentar justificar o injustificável, vem agredir uma Deputada mulher eleita tão legitimamente quanto ele, vem tentar dizer que, pela minha fala – não sei qual é o problema da minha fala talvez porque ele não goste do que eu falo –, de que pelas minhas roupas, de que porque eu venho do Movimento Estudantil, eu não sei o que estou fazendo aqui, ou não tenho legitimidade para fazer o meu trabalho enquanto Deputada.

Deputado Ricardo Arruda, isso é violência política de gênero, inclusive tema da Lei n.º 14.192/2021. Se o senhor não lê nem o Regimento da Casa em que o senhor é Deputado, imagino que não lê outras leis também. Mas o art. 326B desta lei diz que: “Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, com a finalidade de impedir ou dificultar a sua campanha eleitoral ou desempenho do seu mandato eletivo, é considerado violência política de gênero”. Então, gostaria de pedir a todas as outras Deputadas mulheres para que reunamos a Bancada das Deputadas e tomemos providências sobre o que o Deputado Ricardo Arruda falou. Por que o que ele vai dizer para a próxima Deputada mulher que discordar dele? Ele vai falar para a Mara Lima, para a Mabel, para a Márcia, para a Flávia, que elas se vestem como primeira-dama? É isso que ele vai falar quando discordar? Porque comigo o problema é a minha roupa, é a minha voz, é a minha fala, é porque eu acho que estou no DCE. Na realidade o problema do Deputado Ricardo Arruda é que ele não aprendeu a fazer política, ele não sabe o que é diálogo, ele não sabe o que é oposição de ideias, e ele não está acostumado a fazer política com uma mulher jovem que tenha posição. Eu não tenho medo do senhor, e sei do meu trabalho e sei o Regimento desta Casa, porque, quando fui eleita, li o Regimento desta Casa, e irei cobrá-lo na presença da Comissão mais importante, e todos os Deputados estão aqui de prova, não tenho problema com nenhum deles, sei debater a oposição de ideias, e tenho, sim, um trabalho na CCJ, sempre prezando pelo trabalho, sempre prezando pela pauta. Inclusive, com as suas faltas, muitos projetos ficaram travados, porque o senhor não estava lá para relatar, inclusive... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigado, Presidente. Inclusive mostra a hipocrisia do senhor, que vem aqui na tribuna para falar: *A CCJ não anda*. Que vai na Comissão para dizer: *A CCJ tem os seus preferidos, os seus escolhidos*. Mas não

se faz presente na Comissão de Constituição e Justiça. Se o senhor não valoriza esse espaço, o senhor não deve estar nesse espaço. E, Presidente Alexandre Curi, reforço aqui o meu Requerimento, que já foi protocolado no dia 2 de abril, sobre o qual não vale análise das justificativas de falta do Deputado Ricardo Arruda. E reforço, o PL, sim, tem toda a legitimidade e direito de indicar outro Deputado para assumir essa cadeira. E faço um pedido aos demais Deputados: quando forem confrontados por uma mulher eleita democraticamente e de forma legítima, como os senhores, não tentem desqualificá-la pela sua fala, pela sua roupa ou pela sua trajetória, porque todas as mulheres que estão aqui merecem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, respondendo... Para responder a questão de ordem de V.Ex.^a, o requerimento de V.Ex.^a começa a tramitar a partir de hoje, segunda-feira, porque, pelo art. 154, § 11 do Regimento Interno, as proposições protocoladas após o fechamento do protocolo, tendo em vista que o requerimento da Deputada foi protocolado após o fechamento do protocolo de quarta-feira, ele só inicia a tramitação a partir desta segunda-feira. Mas informo ao Plenário que será aberto o contraditório para que o Deputado Missionário Arruda apresente a sua justificativa ou não. Com a palavra, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, começo falando da viagem do Governador e depois vou falar desse assunto da Polícia Militar. Temos uma bancada de delegados, militares, policiais, que faz um belíssimo trabalho na segurança pública e que sabe da importância que temos e o respeito que eu devoto a todos, e também à Oposição que está fazendo o seu papel. Mas eu quero dizer que o Governador estará fora do País entre hoje e 22 de abril. Ele fará visitas principalmente na área de segurança pública, em Phoenix – está certo assim? Phoenix, não é? A convite da Aerp ele vai se reunir com empresários de radiodifusão na maior fera do setor do mundo que acontece em Las Vegas. Em Washington, vai se reunir com a Secretária-Adjunta para a América do Sul, Amy Radetsky, para discutir as relações econômicas entre os Estados Unidos e o

Paraná, principalmente para ações de segurança pública que envolvem a Tríplice Fronteira. Em Miami, visitará o recém-inaugurado terminal de embarque da MSC-Cruzeiros, considerado o maior do mundo, e vai se reunir com vários empresários visando ao fortalecimento do turismo no Paraná, especialmente no Porto de Paranaguá. Bom, se reunirá também com o Prefeito de Orlando. E ao final dos compromissos oficiais, eu quero explicar a V.Ex.^{as} que ele vai pedir uma licença não remunerada porque vai ficar mais uns dias, e ele considera que daí não é justo, ele vai pedir licença não remunerada. Senhor Presidente, peço ao senhor, ajude-me aí, porque...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Silêncio no Plenário; respeito ao Deputado que faz uso da tribuna.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agora eu quero dizer o seguinte: Polícia Militar do Paraná, em resposta ao que foi aqui colocado. Toda denúncia é válida, é importante, mas preciso dizer que foi aberta uma sindicância pelo Estado do Paraná. Doa a quem doer, ela vai apurar os fatos. E essa sindicância, a própria Polícia Militar, o Coronel Jeferson já fez um pedido, o acompanhamento par e passo do Ministério Público para que possam ser apuradas as possíveis irregularidades, porque eu não costumo condenar ninguém antes de terminar o processo. Eu já vi vários casos aqui que eu esperava que não tinha nada e tinha, e outros que eu imaginava que tinha problema e não tinha. Então, nesse caso, com todo respeito que eu faço, tenho a denúncia, quero dizer que está sendo feito com isenção, o processo investigativo vai cortar na carne se tiver que cortar. Eu falei agora há pouco com o Coronel Jeferson, e essa é a determinação da Polícia Militar. A Polícia Militar do Paraná zela pelo seu nome e não vai ser um ou outro que vai estragar essa imagem da Polícia Militar, vocês podem ter certeza, e os resultados serão trazidos aqui conforme forem apurados. É preciso dizer para vocês também... Está difícil, Presidente, hoje está...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vamos respeitar o orador, gente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço respeito ao Plenário ao Deputado que está fazendo uso da palavra.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, a Polícia Militar do Paraná movimenta de custeio R\$ 432 milhões por ano, não pode ter erro nenhum, mas nós estamos falando aqui de um possível erro de R\$ 1 milhão, e que será punido, vocês podem ter certeza. O nosso Governo não tolera atos como esse. Foi falado aqui da possibilidade do Secretário vir aqui, não tem problema, na condição de convidado – como todos são – não vejo problema, Deputado Tito, que seja convidado. Os Deputados que fizeram, o Deputado agora está acompanhando o Governador e o Secretário, já que falei que se trata de uma agenda de segurança pública, na volta dele não vejo menor problema de que ele seja convidado para estar aqui. Eu falo isso porque nós temos o costume aqui de convidar, não é? E vamos convidar o Secretário, e eu quero garantir a presença dele aqui tão logo ele possa voltar para cá. Está certo? Bom, quero também dizer para vocês que foi um dia muito bacana hoje, nós estivemos na Presidência com vários colegas, com as Deputadas, aqui agora há pouco, tratando de um Projeto fantástico, que vamos falar da criação de uma Câmara Especializada que vai atuar em crimes contra a mulher, contra a família e a criança. O Projeto prevê a criação de cinco cargos de Desembargador, portanto vamos ter equipe, dois cargos de Juiz Substituto em segundo grau. É uma Câmara Criminal exclusiva para tratar desse tema. Então, parabéns às nossas mulheres da Casa, é uma luta de todas elas. E parabéns à nossa Mesa aqui, a todos que trabalharam por isso. Só quero dizer o seguinte... Pediu vista? Ah, pediu vista. Estou tão acostumado com a CCJ. Vista não! Só quero finalizar um assunto, e dou um aparte para o senhor. É o seguinte, quero comentar um assunto aqui. Houve um equívoco ali, Deputado Arilson, e V.Ex.^a contribuiu bastante no dia em que V.Ex.^a alertou para a possibilidade de o Projeto da CNH ter só R\$ 2 milhões por ano. Houve um equívoco de interpretação, mas tem um volume de recursos que o Detran abre mão de receita. Então, esse volume – depois vou mandar para o senhor a nota do Detran, tudo – são R\$ 14 milhões por ano. É um volume significativo! Mesmo assim, tiramos da CCJ para votar na semana que vem com calma, mas o volume

dos recursos da CNH agora sim será significativo, está bem esclarecido. Acho que no diálogo todo mundo chegou bem, e vou poder mostrar depois que os volumes da CNH, da primeira carteira, serão de R\$ 14 milhões por ano.

Deputado Arilson Chiorato (PT): O senhor me permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Foi colocado aqui da Mesa que eu fiz um pedido de vista no processo. Não pedi vista, votei a favor e alertei essa questão aqui dentro. Só para deixar claro...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sim.

Deputado Arilson Chiorato (PT): ... que estou fazendo uma crítica construtiva...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sim.

Deputado Arilson Chiorato (PT): ... no momento, votei a favor do processo. Só para deixar claro, está bom?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sim, sim. Sei disso. Obrigado, viu! Deputado, o senhor quer um...

Deputado Ricardo Arruda (PL): Quero. A denúncia que foi feita contra o Secretário de Segurança, a denúncia que o Deputado Renato Freitas... Já tem um erro. O diretor do Depen, o Peixoto, foi exonerado do cargo, não tem nada a ver com esse caso; ele foi exonerado no caso do Felipe Martins, ex-assessor do Presidente Bolsonaro, o qual foi preso arbitrariamente pelo ditador Alexandre de Moraes e o qual, mesmo com uma com a liberação dele, o Peixoto segurou ele por 10 horas lá, manteve ele preso. Então, não sei qual atitude ele tomou. Isso deu uma repercussão na mídia e um acaba culpando o Governador por uma irresponsabilidade do Diretor do Depen. Que fique claro isso. E no outro caso aqui, que envolve a Deputada Ana Júlia, que vou falar amanhã, ela sempre quer se

vitimizar. Eles adoram fazer isso! Estou no meu terceiro mandato; se não sei fazer política, imaginem ela, que está no primeiro. E nunca tive problema com nenhum Deputado e principalmente com nenhuma Deputada aqui mulher. Fiz um comentário aqui apenas de roupa, que em cada ocasião em que vamos a algum lugar, temos que saber que roupa vamos portar. Neste Plenário, os Deputados são obrigados a virem de paletó e gravata. As mulheres não têm isso no Regimento, mas olhamos para todas as Deputadas e todas vêm com a vestimenta que condiz com o Plenário. É só ver! Ninguém vem de regata aqui ou de shortinho, enfim. Isso não é pejorativo, isso aqui é um comentário que fiz e não partiu só de mim, já partiu de várias pessoas aqui dentro. Mas, tem pessoas que se acham acima de tudo! E quando eu falei que ela parece que está ainda em um DA de universidade, é pelas atitudes que ela tem aqui. É uma opinião minha, e a minha opinião eu sou livre para tê-la, embora o PT não goste que tenhamos liberdade para falar. Eles gostam de censurar, só vale a fala deles. Se ela está preocupada com a CCJ, porque, quando o Deputado Renato Freitas agrediu um funcionário e praticou quebra de decoro, ela se manteve calada? Porque ele é do PT. Então, óbvio que é perseguição política, sim. Mas, amanhã falo da tribuna. Muito obrigado.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputada Mabel.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Hussein, até iria deixar para me pronunciar também amanhã sobre esta questão, mas, com todo o respeito ao Deputado Ricardo Arruda – que, aliás, sempre gostei muito dele –, mas não acho que tem propriedade de falar sobre a questão da vestimenta de uma Deputada aqui dentro. Acho que a Deputada Ana Júlia não está... (Aplausos.) Acho que visivelmente todos podem ver quão apropriada ela está para estar aqui e, mesmo que não estivesse apropriada, ela é uma mulher que pode vestir aquilo que deseja. E acho que esta Assembleia, que tem trabalhado tanto pelas mulheres,

acabei de falar sobre isso aqui, não pode ter esse tipo de comportamento em relação às Deputadas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mais alguém quer um aparte? Pois não.

Deputada Ana Júlia (PT): Deputado Hussein, obrigada pelo aparte. É que o Deputado Ricardo Arruda não estava na Sessão, mas naquele dia em que teve confusão na Sessão eu me pronunciei pedindo ordem na Sessão, falando para se respeitar todos que estivessem presentes...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputada Ana Júlia (PT): ..., falei dos assessores e falei dos Deputados. Então ele de novo me acusa de algo que não estava nem presente para poder falar. Mas, naquela Sessão – o Deputado Hussein lembra bem, porque ele inclusive me parabenizou –, pedi ordem naquela Sessão e pedi para todo mundo se comportar e todo mundo respeitar a CCJ. E reforço aqui de novo: Não sei por que o Deputado Ricardo Arruda está tão incomodado com as minhas roupas, está tão reparando nas minhas roupas! Por que você não fala das outras Deputadas mulheres? A Deputada Cloara está com uma roupa belíssima e com decote, qual é o problema? É só porque eu sou jovem?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, só para registrar que, entre as qualidades Deputado Ricardo Arruda, agora descobri que ele é crítico de moda também!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Comunicados...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Questão de Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o art. 29 do Regimento desta Casa, no seu inciso XXX, diz que é atribuição do Presidente: “Zelar pelo prestígio da Assembleia e dignidade dos seus membros em todo o território.” Estou pedindo aqui, em nome da Bancada do PT, mas também de todas as mulheres, providências quanto a essa questão aqui dentro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vamos analisar, encaminhar e responder posteriormente a sua questão de ordem, Deputado Arilson.

Comunicados ao Plenário.

Comunico aos Senhores Deputados que foi aprovado Requerimento na Sessão Plenária do dia 2 de abril, de autoria do Deputado Alexandre Curi, para a criação de uma Comissão Especial destinada à elaboração de estudos sobre empreendedorismo e inovação, com o objetivo de elaborar o Código do Empreendedor. Solicito aos Senhores Líderes que procedam à indicação dos membros titulares e suplentes, oito, conforme o quociente anexo.

Mais um Comunicado aos Deputados. Comunico aos Senhores Deputados que foi aprovado na Sessão Plenária do dia 18 de março de 2025 um Requerimento de autoria dos Deputados Romanelli e Alexandre Curi, destinado à criação de uma Comissão Especial denominada COP30 – Oportunidades e Desafios na Convivência com as Mudanças Climáticas. Solicito aos Senhores Líderes que indiquem os membros titulares e suplentes, número de 7 Parlamentares.

Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano

(PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) (52 Parlamentares); **Deputados ausentes com justificativa:** Batatinha (MDB) (Req. 0657 - Art. 97, § 4.º, do Regimento Interno) (1 Parlamentar); **Deputados ausentes sem justificativa:** Soldado Adriano José (PP), (1 Parlamentar).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 187/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Campanha Estadual de Incentivo a Doação de Sangue – “Paraná Sangue Bom” e dispõe sobre unidades móveis de coleta para o hemocentro do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 188/2025**, da Deputada Marli Paulino, que reconhece o serviço de capelania, no âmbito do Estado do Paraná, reconhecendo-o como de relevante interesse público, e estabelece outras providências; **Autuado sob o n.º 189/2025**, do Deputado Dr. Antenor, que institui a campanha sobre prevenção ao abuso infantil e violência sexual nas escolas públicas do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 190/2025**, da Deputada Marli Paulino, que insere no calendário oficial de eventos

do Estado do Paraná o Festival de Curitiba; **Autuado sob o n.º 191/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que reconhece o evento “Arraiá Londrina” como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná e determina sua inclusão no calendário oficial de eventos turísticos do Estado; **Autuado sob o n.º 192/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe acerca da obrigatoriedade da presença de salva-vidas em piscinas e balneários privados coletivos; **Autuado sob o n.º 193/2025**, do Deputado Thiago Buhrer, que institui o dia 10 de outubro como “outubro ensolarado”, o dia da conscientização sobre a depressão infantil, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 194/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Sendas, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 195/2025**, da Deputada Mabel Canto, que concede o título de utilidade pública ao Clube de Xadrez de Maringá, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 196/2025**, do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Vila Vicentina, com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 197/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná a Campoagro – Exposição Feira Agropecuária do município de Campo do Tenente; **Autuado sob o n.º 198/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que institui o Programa Paranaense de Fomento à Agroindústria e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 199/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que institui o protocolo de avaliação de risco em ocorrências de violência doméstica e familiar no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 200/2025**, do Deputado Samuel Dantas, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Kópher, com sede no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 201/2025**, da Deputada Ana Júlia, que proíbe o uso de nomes de pessoas ligadas à ditadura militar (1964-1985) em prédios e bens públicos do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 202/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que denomina João Rogério de Arruda Pacheco o trecho da rodovia PR-459, compreendido entre os municípios de Clevelândia e Mangueirinha; **Autuado sob o n.º 203/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Não Me Esqueças, com sede no município de

Londrina; **Autuado sob o n.º 204/2025**, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei n.º 21.964, de 30 de abril de 2024, que institui o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para acrescentar o art.º 110-A ao texto da lei, visando o regime de teletrabalho para responsáveis por pessoas com transtorno do espectro autista – TEA.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 519/2024, de autoria do Deputado Goura e da Deputada Ana Júlia, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Anete Giordani.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 750/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Mulheres e Meio Ambiente, com sede no município de Pinhais.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 22/2025, de autoria do Deputado Luis Corti, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de Apoio ao Autista de Paranavaí, com sede no município de Paranavaí.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025, de autoria da Comissão Executiva, homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.086, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

Há um **Requerimento n.º 633/2025**, dos Deputados Goura, Ana Júlia, Arilson Chiorato, Renato Freitas, Luciana Rafagnin e Doutor Antenor, que requerem a preferência para a discussão dos Projetos de Lei n.º 88/2025, Item 7, e n.º

534/2022, Item 9 da Ordem do Dia, com inversão da pauta. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, dá para haver acordo. Nós concordamos com a inversão. Acho que a Oposição também concorda, é óbvio, com o pedido de inversão do Deputado Goura.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está aprovado o Requerimento.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 88/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2025, que autoriza a concessão de uso da Pedreira do Atuba. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emendas de Plenário n.ºs 1, 2, 4 e 5 com parecer favorável da CCJ e Subemenda Substitutiva Geral; Emenda de Plenário n.º 3 retirada pelo autor. (**Requerimento n.º 581/2025**, do Deputado Goura, requerendo a retirada da Emenda n.º 3 do Projeto de Lei n.º 88/2025.) Em discussão a subemenda substitutiva geral. Para discutir, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não, não pedi para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Houve uma construção com esse Projeto, o voto é “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só queria fazer um registro, Sr. Presidente, porque muitas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Goura, estamos no processo de votação, peço que o senhor seja breve.

DEPUTADO GOURA (PDT): Bom, só queria destacar o nosso voto “sim” ao Projeto, a construção. A Pedreira do Atuba é uma área que está sendo discutida há bastante tempo, o nosso mandato especificamente desde 2017. Fizemos Audiências Públicas. E aqui só um destaque, Sr. Presidente, que é justamente, Deputado Hussein, a inclusão do patrimônio geológico presente na Pedreira do Atuba, que estará no texto da Lei, bem como a priorização da mão de obra local, bem como gratuidades específicas nessa concessão desse bem público. Então, só queria fazer esse registro. Foi uma construção democrática que vai beneficiar Curitiba, Colombo, bem como toda a Região Metropolitana.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Gostaria da atenção dos meus colegas. Vou fazer 62 anos e nunca fui criticada por decote nenhum. Sou assistente social, 26 anos de TV, já sofri a perda de uma filha, fui a mais votada de Londrina, para chegar aqui e alguém criticar o meu decote. Por isso que as mulheres não vão para frente, porque mulher é assim: é o preconceito com mulher. Nós falamos hoje – eu falei: é uma competição. Vocês homens são muito mais unidos, mas eu não admito que venha falar de um decote meu na Assembleia, para uma rede que está todo mundo assistindo. Eu nunca, nunca tive nada que desabonasse a minha postura. Não gostei; sou filha de militar, me senti ofendida e não adianta me pedir desculpas, como você fez, Deputada. Senti-me ofendida porque você não pode medir a minha conduta pela roupa que eu uso, pelo decote. Então, deixo claro que me senti ofendida por uma mulher.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputada Cloara, a senhora tem toda razão...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, estamos no processo de votação.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): *Pela ordem*, rapidamente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputada Cloara, a senhora tem toda razão, e é por isso que estou aqui publicamente para lhe pedir desculpas e dizer que a intenção, na realidade, era dizer justamente que, independente da roupa das mulheres, elas têm todas as condições. Não quis avaliar as suas condições políticas ou o trabalho...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, não tem *pela ordem* neste caso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Porque admiro o seu trabalho e como Procuradora...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não tem *pela ordem*, por favor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, desculpa, mas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, estamos no processo de votação. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo,*

Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram: Adão Litro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Batatinha, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Marcia Huçulak, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Renato Freitas, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a subemenda substitutiva geral. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Adão Litro, Arilson Chiorato, Delegado Tito Barichello e Márcia Huçulak.)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, registre o meu voto “sim”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Presidente, meu voto “sim”.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Presidente, registre o meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto da Deputada Cristina, do Deputado Tito.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Adão Litro também “sim”.

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 534/2022, de autoria do Deputado Goura, que dispõe sobre a pesca artesanal no litoral do Paraná. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo Geral, Comissão de Cultura e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero chamar a atenção de todos os Parlamentares, de toda população paranaense, para este que eu creio que é um dos mais importantes Projetos que esta Casa vota neste período legislativo. Estamos votando aqui uma política pública de fortalecimento da pesca artesanal no nosso Litoral. Uma política pública, Deputado Hussein, que vai ao encontro de todas as políticas que estamos falando de discussão sobre o desenvolvimento sustentável do nosso Litoral. Hoje mesmo participamos na Casa Civil desse ato tão importante de avanço no regramento do Projeto de Lei da Ilha do Mel e, agora à tarde, aqui na Assembleia, estamos votando e discutindo essa política pública que prevê a participação democrática das pescadoras e pescadores, o fortalecimento do financiamento, da pesquisa, das comunidades tradicionais do nosso Litoral. Por todos esses motivos, Sr. Presidente, o nosso voto é “sim” pela valorização da pesca artesanal no Litoral do Paraná.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto também é “sim”. Deputados e Deputadas da base, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, aproveitando enquanto se vota. Além da bizarrice dos temas que ouvimos hoje, o som não está legal. Não está legal, não. Precisa ver o que está acontecendo com o som.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já pedi para que a nossa assessoria faça uma análise, porque da Presidência também tenho sentido que o som não está bom.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Só anunciar a presença aqui do Gerente Administrativo da Federação das Apaes do Paraná, Thiago Alberto, que está conosco nesta tarde.

DEPUTADO GOURA (PDT): Deputado Presidente Alexandre Curi, também *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Queria fazer um registro aqui em homenagem. Hoje, dia 7 de abril, comemora-se o Dia das Jornalistas, o Dia dos Jornalistas. Então, os nossos elogios à imprensa livre e a todos os profissionais que atuam nos nossos mandatos e, também, a serviço da Assembleia Legislativa do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (42 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 534/2022.

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2025, em regime de urgência, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado, e a Lei n.º 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, e revoga a Lei n.º 18.919, de 13 de dezembro de 2016, que autoriza a Procuradoria-Geral do Estado a celebrar composições em execuções fiscais. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação. Emendas de Plenário n.º 1 e 2 com parecer favorável da CCJ. Emenda de Plenário n.º 3 com parecer favorável da CCJ com Subemenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu peço a compreensão dos colegas que compõem a Base. Este é um Projeto de Lei Complementar e, necessariamente, precisamos de 28 votos. Muito obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” e pelo jeito o Governo também, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Votamos “sim”. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado mais uma vez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência gostaria de parabenizar o Deputado Marcio Pacheco, que celebrou aniversário na data de ontem. E parabenizar a Deputada Marli, que está celebrando aniversário hoje. Parabéns, em nome da Presidência.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Viva! Parabéns! (Aplausos.) Gugu Bueno, colegas que ainda não votaram, peço o voto “sim”. Deputado Gugu, por gentileza, V.Ex.^a colabore comigo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Romanelli, a Deputada Maria Victoria? Como vota a Deputada Flávia Francischini?

DEPUTADO DR. LEÔNIDAS (CDN): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Dr. Leônidas.

DEPUTADO DR. LEÔNIDAS (CDN): Só dizer que hoje comemoramos o Dia Mundial da Saúde, e deixar os parabéns para todos os profissionais que colaboraram na melhoria da saúde de toda nossa população, e um abraço a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (48 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (6 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025.**

Há um **Requerimento n.º 582/2025**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo destaque da Emenda n.º 2 e da Emenda n.º 3, aprovada na forma da Subemenda, na CCJ, ao Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025. Aprovando o Requerimento de Destaque, fica prejudicado o Requerimento de votação das

Emendas uma a uma do Deputado Arilson. Em votação o Requerimento do Deputado Hussein. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos votar no painel?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E nós votamos “sim”. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não votaram, o voto é “sim” no Requerimento.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Apenas para comunicar que, após a Sessão, a Comissão da Criança, Adolescente e Pessoa com Deficiência precisa deliberar aqui na sala ao lado, Caíto Quintana. Então, estão todos convocados, convidados a participar da nossa reunião.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo*

Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (41 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (7 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e 7 voto contrário, está aprovado o requerimento. (Está prejudicado o Requerimento n.º 608/2025, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a votação uma a uma das emendas ao projeto de Lei Complementar n.º 2/2025.)

Em discussão as emendas n.ºs 2 e 3, esta última na forma de subemenda da CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Construímos bem. A liderança recomenda o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota o Deputado Tito Barichello, a Deputada Flávia Francischini, o Deputado Goura? Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (45 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Batatinha, Del. Tito Barichello, Goura, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Soldado Adriano José e Thiago Bührer (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovadas*

as emendas n.º 2 e 3. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Delegado Tito Barichello.)

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Presidente, voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado do voto do Deputado Tito. Em discussão a emenda de Plenário n.º 1. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, tentamos de tudo, o Deputado Renato sabe, em outras ocasiões conseguimos, mas, neste caso, infelizmente, o voto é "não". Quero comunicar que nesta emenda do Deputado Renato, lamentavelmente, tentamos de tudo, mas o voto é "não", respeitosamente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota a Deputada Mabel, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Jairo Tamura? Como vota o Deputado Luís Corti? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Samuel Dantas (11 Deputados); Votaram Não: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (36 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Luis Corti, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 11 votos favoráveis e 36 votos contrários, está rejeitada a emenda n.º 1. (O Sr.**

Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto contrário do Deputado Luís Corti e também os votos contrários dos Deputados Artagão Júnior e Gilson de Souza, ao invés dos votos favoráveis registrados no aplicativo de votações.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, sigo a orientação da Bancada Governista.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado do voto do Deputado Corti.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Presidente, tentei corrigir aqui, não consegui, meu voto seria "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto contrário do Deputado Gilson.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Também voto "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Do Deputado Artagão, devidamente registrado.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 787/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 90/2024, que autoriza as Instituições Estaduais de Ensino Superior a criarem Programa de Segurança Alimentar e Nutricional para o corpo discente universitário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior. Emendas de Plenário n.º 1 e 2 com parecer favorável da CCJ e Subemenda Substitutiva Geral. Em discussão a subemenda substitutiva geral.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só queria dizer que foi construído um bom trabalho com as autoras das emendas Deputadas Ana Júlia e Luciana, chegamos a um bom termo. É sempre um desejo desta Liderança tentar construir e melhorar os Projetos e, nesse caso, foi possível melhorarmos muito e o nosso voto é "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vota "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é "sim". Este projeto importantíssimo, que visa fornecer a possibilidade de alimentação para os nossos estudantes das universidades públicas.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Meu voto é "sim", Sr. Presidente, só que não estou conseguindo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto favorável do Deputado Mauro Moraes. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (47 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (7 Deputados).]** Com 47 votos favoráveis e

nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Mauro Moraes.)**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 159/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/2025, em regime de urgência, que Institui o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores – CNH Social. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Alisson Wandscheer, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Luís Corti, Adão Litro, Márcio Pacheco e Thiago Bührer; **Emenda de Plenário n.º 2**, dos Deputados Renato Freitas, Goura, Ana Júlia, Doutor Antenor, Arilson Chiorato e Luciana Rafagnin; **Emenda de Plenário n.º 3**, dos Deputados Renato Freitas, Mabel Canto, Goura, Doutor Antenor, Professor Lemos, Arilson Chiorato e Luciana Rafagnin; **Emenda de Plenário n.º 4**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Renato Freitas, Tercílio Turini, Luciana Rafagnin, Evandro Araújo, Cloara Pinheiro e Delegado Tito Barichello; **Emenda de Plenário n.º 5**, dos Deputados Arilson Chiorato, Renato Freitas, Luciana Rafagnin, Goura, Doutor Antenor, Ana Júlia e Professor Lemos; **Emenda de Plenário n.º 6**, dos Deputados Renato Freitas, Goura, Luciana Rafagnin, Doutor Antenor, Arilson Chiorato e Professor Lemos; **Emenda de Plenário n.º 7**, dos Deputados Goura, Luciana Rafagnin, Doutor Antenor, Ana Júlia e Professor Lemos.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 119/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15/2025, que institui o Quadro Próprio Fazendário e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Lei Deusdedith, lembram dele, ou não? É um dos que mais correu aqui na Assembleia e tantos outros. É uma lei importante

e pediria a todos os colegas, vai beneficiar muito essa classe tão importante. Nossa voto é "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Requião Filho e Soldado Adriano José (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 119/2025.

Os Itens 11 e 12 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias similares.

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 106/2024, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à Associação Atlética Primeira Camisa AAPC, com sede no município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 54/2025, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública à Associação SOS - Focinhos em Perigo, com sede no município de Paraíso do Norte. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim" também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É que o Presidente Traiano usava o termo "as matérias são correlatas".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Similares, agrupadas, correlatas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): São parecidas, mas V.Ex.^a que decide. Só quis dar uma sugestão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Determino aqui que transfira de "similares" para "correlatas".

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando*

Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 601/2025, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo informações sobre o andamento das tratativas para a duplicação do trecho compreendido entre a Rua Mateus Leme e o entrocamento com a PR-418 (Colombo Norte). **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 579/2025, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, em virtude de sua colaboração ao Arquivo Público do Paraná, para serem entregues na Sessão Solene, em referência aos 170 anos do Arquivo, que se realizará no dia 4 de abril no Plenário desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 580/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos S^{rs}. Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske, Mbá de Ferrante e Professor Rene Wagner Ramos, em razão da colaboração com o Arquivo Público do Paraná, o qual completa 170 anos; **Requerimentos n.ºs 588, 591 e 592/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: à Ordem de Pastores

Evangélicos de Maringá - OPEM, em reconhecimento pelos mais de 50 anos da Ordem dos Pastores na cidade; à S^{ra}. Rosi Dranka Bubniak, pelo notável trabalho e dedicação realizados durante 49 anos na empresa; à Senhora Rosi José Alves Ferreira Cardoso, pelo excelente trabalho durante seus 48 anos na empresa Porcelana Schmidt; **Requerimentos n.^{os} 589 e 590/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: para o artista plástico Toto Lopes, pelo excelente trabalho prestado como artista plástico no Estado do Paraná; e para 2.^º Sargento Alex Sandro da Rocha, pelo excelente trabalho prestado na Polícia Militar do Paraná; **Requerimento n.^º 593/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Família Negrelli, em reconhecimento à trajetória empreendedora de mais de 30 anos do Supermercado Negrelli; **Requerimento n.^º 594/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Urandy Ribeiro do Val, ilustre Conselheiro Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDI/PR), ocorrido no dia 3 de abril em Curitiba; **Requerimentos n.^{os} 595 a 600, 604 a 607, 610 e 611/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento: do 2.^º Tenente Leonardo Brandolin de Aquino, ocorrido no dia 5 de março de 2025; S^{ra}. Maria Ossowski Durski; Maria Angela Abagge Colnaghi; Elza Frederico Bueno; Sr. Luiz Fernando Marchanek, ocorrido no dia 13 de março de 2025; Luiz Carlos Grdem, ocorrido no dia 11 de março de 2025; Abel Braz Ferreira, ocorrido no dia 22 de março de 2025; Dr. Antônio Albuquerque Maranhão, ocorrido no dia 16 de março de 2025; Dr. Osman de Santa Cruz Arruda, ocorrido no dia 28 de março de 2025; Iracy Corsini; Sr. Jamir Nichele, ocorrido no dia 28 de março de 2025; Nelson Rebello, ocorrido no dia 29 de março de 2025; **Requerimento n.^º 602/2025**, do Deputado Denian Couto, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Eduardo Pimentel, Prefeito do município de Curitiba, e à Sr.^a Tatiane Filipak, Secretária Municipal da Saúde de Curitiba, sobre as vacinas contra a COVID - 19; **Requerimento n.^º 603/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, requerendo informações à Sanepar, sobre as ações adotadas pela gerência comercial, durante o período de crise hídrica no município de Ponta

Grossa; **Requerimento n.º 609/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa datados de 25 de abril para os Governadores dos Distritos 4730, 4710, 4640 e 4630 de Rotary International e personalidades homenageadas na Sessão Solene do Dia do Rotariano Paranaense 2025 e 120 anos de fundação do Rotary International; **Requerimento n.º 612/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a convocação dos aprovados no Concurso n.º 1/2023 para o cargo de Técnico de Perícia da Polícia Científica do Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 613 a 615/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: pelos 32 anos da Casa familiar Rural Antônio Geffer Sobrinho, do município de Santa Maria do Oeste; à Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT/PR), pelos seus 30 anos de história; ao Acampamento 5 de maio, localizado no município de Pinhão, pelos seus 10 anos; **Requerimento n.º 616/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Diretor-Presidente da Concessionária Via Araucária, Sr. Sérgio Santillán, requerendo um estudo para a construção de retornos ao longo da BR-277 e da BR-373, no município de Prudentópolis, visando permitir a continuidade do transporte escolar municipal, conforme específica; **Requerimentos n.ºs 617, 618 e 620 a 632/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: ao Sr. Leon Knopfholz, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Artística e pela conquista do Prêmio Cultura e Divulgação e Curitiba; ao Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Educação Especial; à S^{ra}. Maria Lúcia Prado Sabatella, pela atuação profissional na área da Educação Especial, com ênfase na superdotação; à Sr.^a Liana Justus, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses prestados na área da Educação e promoção da Música Clássica no Brasil; ao Sr. Leandro José dos Reis, O “Leandro Rei da Carne, pela sua participação no Campeonato Mundial de Açougueiros e Paris, em maço de 2025; à Vinícola Franco Italiano, pela conquista da Medalha de Ouro no Vinalies, um dos

principais concursos de vinho do mundo, e pelos 20 anos de fabricação do Vinho Censurato Cabernet Sauvignon; ao Le Liban Restaurante - Empório, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Gastronomia Árabe; à Spaccio Rar Trattoria, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Gastronomia; ao Doutor Emilton Lima Junior, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Medicina; à Doutora Viviane de Hiroki Flumignan Zétola, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Medicina; ao Doutor Luiz Carlos Sobania, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Medicina; ao Doutor Jomar Silveira Giostri, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Medicina; ao Doutor Henrique de Lacerda Suplicy, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Medicina; ao Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA/PR), pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na valorização do profissional; ao 2.º Tenente Luiz Alberto Ferreira, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da Segurança Pública; **Requerimento n.º 619/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa para as pessoas relacionadas, por todo trabalho, dedicação, paixão pelo campo e contribuição pelo fortalecimento e avanços do agronegócio no Paraná e Brasil; **Requerimento n.º 634/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (SMSAN), requerendo providências para o aumento da oferta e diversidade de produtos específicos (Alimentos sem Glúten) destinados aos Celíacos; **Requerimento n.º 635/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, Departamento de Projetos e Implantação, requerendo providências para a melhoria da sinalização viária e acessibilidade no entorno do Viaduto do Caiuá, no bairro CIC; **Requerimento n.º 637/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, requerendo providências para reposição e aumento do número de Inspetor de Alunos ou Inspetor no Centro Escolar no Centro de Educação Integral - CEI Júlio Moreira, Escola Municipal, no Bairro São Braz; **Requerimento n.º 638/2025**, do

Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude - SMELJ, Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, Departamento de Parques e Praças, instalação, Academia ao Ar Livre, manutenção, zeladoria do parquinho Infantil, Quadra Esportiva, Rua Edvald Ribas Borba, no Bairro Sítio Cercado; **Requerimento n.º 639/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao 12.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, requerendo providências para analisar possibilidade do aumento das rondas nas imediações do Bairro centro, em Curitiba; **Requerimento n.º 640/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, requerendo providências para melhorias na Infraestrutura e manutenção do Colégio Estadual Professor João Layola, no Bairro Pinheirinho; **Requerimento n.º 641/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), requerendo providências para análise e viabilidade de obras de revitalização e manutenção para contenção dos alagamentos provocados pelas fortes chuvas ao longo do Rio Belém; **Requerimento n.º 642/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Urbanismo (SMU), requerendo providências para a fiscalização, limpeza e manutenção dos terrenos na Rua O Brasil para Cristo, no Bairro Boqueirão; **Requerimento n.º 643/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Celso Antônio Loyola Bauer, ocorrido no dia 30 de março no município de Palmas; **Requerimento n.º 644/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa aos Jornalistas Sérgio Mendes e Rose Machado, pelo transcurso do aniversário de 30 anos de atuação profissional na Imprensa Paranaense; **Requerimento n.º 645/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná, requerendo providências urgentes para a fiscalização e implantação da Rede de Esgoto, na região do Vitória Régia, no Bairro Cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 646/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao 23.º Batalhão da

Polícia Militar no Paraná, requerendo providências para avaliar a possibilidade de aumentar as Rondas, na Vitoria Régia - Cidade Industrial de Curitiba; **Requerimento n.º 647/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, requerendo providências para análise da necessidade e instalação de placas de sinalização de trânsito no Colégio Estadual Natalia Reginato, no Bairro Cajuru; **Requerimento n.º 648/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Saúde, requerendo providências imediatas para a disponibilização Equitativa das Terapias de Reposição Enzimática (TER), mais precisamente a Beta - Agalsidade, pelo Sistema Único de Saúde - SUS; **Requerimento n.º 649/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Mocelin Indústria Dolomítico, em reconhecimento aos seu excepcional desempenho no setor.

Requerimentos com despacho do Presidente

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 583/2025, dos Deputados Alexandre Curi e Delegado Tito Barichello, requerem a inclusão do Deputado Alexandre Curi como coautor do Projeto de Lei n.º 152/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello; **Requerimento n.º 584/2025**, do Deputado Gilson de Souza, requerendo a indicação da Deputada Cristina Silvestri como membro titular da Comissão de Defesa da Mulher e a substituição do membro suplente, Deputado Gilberto Ribeiro, pelo Deputado Gilson de Souza, ficando na suplência; **Requerimento n.º 585/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a alteração do membro suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar: Doutor Antenor como membro suplente, em substituição à Deputada Ana Júlia; **Requerimento n.º 636/2025**, do Deputado Luís Corti, requerendo a inclusão do Deputado Luís Corti como coautor ao Projeto de Lei n.º 119/2023, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Maria Victória e Anibelli Neto; **Requerimento n.º 652/2025**, da Deputada Ana Júlia, requerendo a declaração de vacância do cargo na Comissão de Constituição e Justiça do Deputado Ricardo

Arruda, nos termos do art. 78, inciso IV e § 2.º, inciso I do mesmo dispositivo do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 586/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025; **Requerimento n.º 587/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025; **Requerimento n.º 650/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025; **Requerimento n.º 651/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, terça-feira, dia 8, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária** - Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 106/2024, 787/2024, 54/2025 e 88/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 534/2022 e 119/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 698/2024 e 160/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 710/2024 e 743/2024; e **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 534/2022, 710/2024, 743/2024 e 119/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 698/2024 e 160/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 39/2025, 111/2025 e 205/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 748/2024 e 6/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h11, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)